

# CLIPPING



26/09/2019

Grande Imprensa

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Weintraub elogia estatal de hospitais e omite que ela foi criada por Haddad](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Universidades federais rejeitam plano do MEC](#)

**O GLOBO - RJ**

[AO DEBATE](#)

Agências de notícias e sites

**G1**

[Mais de 34 mil alunos da UFPR podem ficar sem aulas ainda neste ano, diz instituição](#)

**R7**

[UFMG critica corte no orçamento do Ministério da Educação para 2020](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[Bolsonaro não comprou agenda de reformas, diz economista](#)

**G1**

[Unir abre inscrições para Mestrado e Doutorado em Geografia, em RO](#)

[Servidores do IFTM entram com representação no MPF contra exonerações em campi](#)

[Racionando verbas, universidades federais em Pernambuco suspendem eventos e uso de ar-condicionado](#)

**METRÓPOLES**

[Contratação de professores pela CLT é retrocesso, dizem entidades](#)

**PORTAL EXAME**

[Educação : “O Brasil precisa olhar para fora”](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[MEC divulga orientações a participantes do Encceja](#)

**REUTERS BRASIL**

[Educação básica e saúde preventiva podem continuar indexadas em pacto federativo, indica Guedes](#)

**TERRA**

[Educação Superior a Distância cria novo ecossistema empresarial](#)

Agências de notícias e sites

**BLOG DO VALENTE**

[De anti-HIV a proteção de bichos: veja pesquisas do CNPq que podem parar](#)

**JORNAL DA CIÊNCIA**

[Em nota, Anpur lamenta desmonte da cultura, da educação e da ciência nacionais](#)

**JORNAL DA USP - SP**

[Remédio para Alzheimer também tem efeito contra doença de Chagas](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[Maioria das universidades federais rejeita Future-se, do MEC](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[Ensino integral melhora resultados de escolas pobres](#)

**REUTERS BRASIL**

[Educação básica e saúde preventiva podem continuar indexadas em pacto federativo, indica Guedes](#)

Imprensa Estadual

**CORREIO POPULAR – SP**

[Unicamp marca assembleia histórica](#)

Agências de notícias e sites

**TUDO DIA - SP**

[Pela 1ª vez em 53 anos, Unicamp chama assembleia contra cortes](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[Maioria das universidades federais rejeita Future-se, do MEC](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[Sem citá-lo, Weintraub se refere a empresa criada por Haddad como modelo](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Em 70% das cidades brasileiras, escolha de diretores escolares da rede pública é por indicação, diz IBGE](#)

**CARTA CAPITAL - SP**

[Quais são as caras da resistência no Brasil de Jair Bolsonaro?](#)

**G1**

[MPF investiga uso de recursos do Fundeb em obras de pavimentação, na PB](#)

**NEWS CUIABÁ**

[Os cortes em ciência e tecnologia e a fuga de cérebros](#)

**PORTAL EXAME**

[Weintraub diz que questões “ideológicas” estão fora do Enem](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[Ensino integral melhora resultados de escolas pobres](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Ensino integral melhora resultados de escolas pobres](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Weintraub elogia estatal de hospitais e omite que ela foi criada por Haddad**  
**Ministro diz que empresa é referência para plano de universidades; iniciativas têm pontos distintos**

São Paulo

Crítico contumaz das gestões do PT, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem citado como modelo de gestão uma empresa pública idealizada por um dos principais adversários do seu governo: Fernando Haddad.

O petista comandou o MEC de 2005 a 2012 e disputou o segundo turno da eleição de 2018 com o presidente Jair Bolsonaro.

O objeto dos elogios de Weintraub é a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), que administra hospitais universitários. Ela foi criada em 2011 após aprovação pelo Congresso de um projeto de lei elaborado pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/sem-cita-lo-weintraub-se-refere-a-empresa-criada-por-haddad-como-modelo.shtml>

topo ↕

**O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**Universidades federais rejeitam plano do MEC**

**Universidades públicas temem que programa resulte em perda de autonomia financeira**

A maioria das universidades federais já decidiu não aderir ao Future-se ou manifestou críticas ao programa do Ministério da Educação (MEC), lançado em julho. E, até agora, nenhuma instituição declarou publicamente que pretende participar do projeto que prevê gestão por meio de organizações sociais (OSs) no ensino superior público.

O levantamento foi feito pelo Estado em consultas às 63 universidades. Entre as que já decidiram em seus conselhos internos pela não adesão estão as maiores e mais tradicionais federais, como a de São Paulo (Unifesp), do Rio de Janeiro (UFRJ), de Minas Gerais (UFMG) e de Brasília (UnB).

Reitores já dão como certo que o programa não será implementado como foi apresentado. No mês passado, em entrevista ao Estado, o ministro Abraham Weintraub chamou dirigentes que criticavam o Future-se de “pessoal militante politicamente” ligado ao “PSTU, PSOL, PT”. Para ele, o programa, de adesão voluntária, contaria com um quarto das federais.

A maior crítica das instituições é sobre possível perda da autonomia acadêmica e financeira porque os contratos de trabalho ou para pesquisas seriam fechados por meio de OSs. “Não sabemos quais serão os objetivos das organizações sociais, os projetos podem passar a estar subjugados ao que dá lucro. Que mercado vai querer financiar doenças negligenciadas, por exemplo?”, indaga a reitora da Unifesp, Soraya Smaili.

Segundo ela, a Unifesp não é contrária a diferentes formas de captação de recursos, desde que “garantido o recurso público para o funcionamento das instituições”. Documento aprovado pelo Conselho Universitário da instituição, que abriga a Escola Paulista de Medicina, uma das mais conceituadas do País, diz que o Future-se “possui diversas fragilidades e riscos” e, por isso, é “inaceitável”.

Desde o lançamento do programa, procuradores das universidades têm analisado as propostas e chegaram à conclusão de que não há sustentação jurídica. Um dos questionamentos é sobre a venda de bens públicos pelas organizações de direito privado. Segundo documento divulgado pela Federal do ABC (UFABC), o Future-se “prevê a alteração de 17 leis” e não deixa claro como isso será feito. O Conselho Universitário da UFABC aprovou uma “moção de repúdio” ao programa.

Proposta. A ideia central do Future-se é a captação de recursos próprios pelas instituições e a gestão por meio de OSs. Também incentiva naming rights (usar o nome de empresas/patrocinadores) e busca de dinheiro pela Lei Rouanet, algo que muitas federais já fazem. Outro ponto que reitores consideram que não está claro é a criação de um fundo para financiar pesquisas e inovação. Há questionamentos sobre a legalidade jurídica e viabilidade fiscal. O programa prevê ainda indicadores de metas e governança.

Nesta semana, Weintraub declarou ao Estado que as instituições que aderirem ao Future-se teriam de contratar professores por regime de CLT (carteira assinada) e não mais por concurso público. Para boa parte dos reitores, a informação se tornou mais uma razão para não participar do programa.

“Nosso trabalho é o oposto, é buscar a dedicação exclusiva do professor para garantir que ele dê aulas e faça pesquisa”, diz a reitora da Federal de Alagoas (Ufal), Valeria

Correa. A Ufal não divulgou um documento final sobre o assunto elaborado pelo Conselho Universitário, mas tem criticado o programa.

Outro caso é da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cujo reitor, Luís Eduardo Bovolato, já declarou publicamente que o projeto é “vago” e aderir ao Future-se seria um “mergulho no escuro”. A UFT deve decidir se vai rejeitar ou aderir ao programa só em outubro.

Mapeamento. O levantamento do Estado mostra que 34 das 63 universidades federais (54%) rejeitam o projeto de alguma forma. São 27 que já decidiram em seus Conselhos Universitários por não aderir à proposta e outras sete que ainda vão concluir um documento, mas criticam o Future-se. Outras 27 ainda não tomaram uma decisão ou não pretendem se manifestar até que haja um projeto de lei. Duas não responderam à reportagem e também não publicaram posicionamento a respeito do programa.

O MEC pretende finalizar em outubro projeto de lei para mandar ao Congresso. O programa passou por consulta pública, finalizada em agosto. Questionado pelo Estado sobre as instituições que já teriam aderido ao programa, o secretário da Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, disse que essa informação era confidencial. Depois, afirmou que “formalmente não há quem aderiu ou não ao Future-se, (porque) o projeto precisa primeiro ser aprovado pelo Congresso”. Segundo ele, “17 universidades estão contribuindo ativamente para o aperfeiçoamento do programa”.

Na semana passada, reitores discutiram o programa no Senado. Eles tiveram a garantia de Lima de que o projeto consideraria as críticas e seria apresentado aos reitores antes de ser enviado ao Congresso. No entanto, foram surpreendidos com a entrevista de Weintraub ao Estado em que falava sobre a contratação de professores por CLT. A primeira minuta foi feita sem participação das universidades, o que também desagradou.

Rui Vicente Oppermann, reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), diz que o MEC não pode apresentar planejamento estratégico único para instituições de perfis tão diferentes. “Há universidades com cem anos, outras jovens. O plano de gestão tem de ser feito com autonomia, cada uma tem de resolver como vai administrar seus recursos.”

As universidades enfrentam contingenciamento de 30% de seus orçamentos e cortes em bolsas. Além disso, a relação com Weintraub está estremeçada por causa das declarações do ministro. Ele já disse considerar que há “balbúrdia” nas instituições e elas recebem dinheiro demais para fazer pouco.

“Resultaria na fragilização de mecanismos de governança e financiamento existentes, elementos basilares da universidade nos dias atuais.” DácioMatheus

REITOR DA UFABC

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE AO DEBATE

O MEC lança uma proposta instigante, a da contratação pela CLT de professores universitários de estabelecimentos públicos. Corporações terão repulsa. Mas é preciso discutir a sério, sem paixões.

VALE A pena buscar formas que tornem universidades do Estado mais produtivas e com sua qualidade de ensino em constante aprimoramento, imunes ao vírus da repartição pública.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Mais de 34 mil alunos da UFPR podem ficar sem aulas ainda neste ano, diz instituição**

**Medida pode ser adotada caso o atual corte de verbas na Educação seja mantido, segundo a UFPR. Com certeza seria frustrante, faltando apenas dois anos para me formar e sem condições de fazer uma faculdade particular, diz estudante de veterinária.**

Se o atual corte de verbas na Educação for mantido pela União, os mais de 34 mil alunos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) podem ficar sem aulas neste ano, de acordo com a instituição.

O Ministério da Educação (MEC) foi alvo de dois contingenciamentos neste ano, determinados pelo governo federal como forma de enfrentar a crise econômica.

Segundo a UFPR, a data que as aulas deixarão de ser oferecidas ainda não foi definida. Mas, a medida será efetuada ainda em 2019 e atingirá todos os cursos.

Ao todo, são 164 cursos de graduação, 45 cursos de especialização, 89 mestrados e 61 doutorados. Quase 28 mil alunos são estudantes da graduação, e outros 6,2 mil da pós-graduação.

### Transtorno total

Luana Inkote Bertolin, de 20 anos, faz medicina veterinária na UFPR no campus de Palotina, no oeste do Paraná. Natural de Curitiba, optou em estudar em outra cidade por se tratar de uma universidade federal.

"Não consegui passar na UFPR em Curitiba. Então, usei minha nota do Enem e consegui passar neste outro campus da UFPR. Não conhecia a cidade e nem pensei muito, apenas vim, pois eu não teria condições de estudar em uma faculdade particular em minha cidade natal", diz a universitária.

A jovem está no 7º período do curso, e a possibilidade de as aulas serem suspensas preocupam Luana: "Não sei o que faria. Com certeza seria frustrante, faltando apenas dois anos para me formar e sem condições de fazer uma faculdade particular".

Além da questão das atividades acadêmicas, Luana teria que lidar com as despesas da moradia, já que precisa pagar aluguel enquanto estuda em outra cidade.

Luana é atendida pelo Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção aos Estudantes de Graduação e Ensino Profissionalizante da UFPR (Probem).

O Probem foi criado para apoiar estudantes com fragilidade socioeconômica e que precisam de ajuda financeira para se manter no curso.

"Eu sobrevivo de RU [Restaurante Universitário] e ganho os auxílios do Probem, o que

ajuda muito. Mas com os cortes, caso eu não os tivesse, com certeza teria que trancar o curso por não conseguir me manter", conta.

## Liberação de recursos bloqueados

Na sexta-feira (20), o governo federal anunciou a liberação para os ministérios de R\$ 8,3 milhões em recursos do orçamento que estavam bloqueados.

Dessa quantia, a maior parte deve ser destinada ao Ministério da Educação – totalizando R\$ 1,99 bilhão. Restrições orçamentárias impostas pelo governo desde o início do ano têm causado dificuldades para os ministérios executarem projetos.

## Contingenciamentos na Educação

Em março, foram bloqueados R\$ 5,8 bilhões. Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% da verba das universidades e institutos federais. À época, chegou a dizer que poderia liberar o dinheiro se a economia fosse retomada ou a reforma da previdência fosse aprovada.

Em julho, outro decreto bloqueou R\$ 348,47 milhões da pasta.

## Pesquisas

A área de pesquisa da UFPR já vem sendo atingida pelo contingenciamento. As pesquisas, até o momento, foram parcialmente afetadas, segundo a instituição.

Um levantamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** apontou que, até dezembro, 164 bolsas de pós-graduação da UFPR vão ser cortadas ou congeladas.

Essas bolsas incluem mestrado (79), doutorado (68) e pós-doutorado (17) – representando cerca de 10% do total de bolsas da **Capes** na UFPR.

Os dados apontaram que, apenas em agosto, foram cortadas ou congeladas 48 bolsas.

A UFPR está entre as 15 universidades que mais produzem ciência no Brasil, sendo a 8ª colocada. Agora, os cortes preocupam os pesquisadores da instituição, que temem que os trabalhos desenvolvidos fiquem paralisados.

## Redução de gastos

Desde o retorno das aulas do 2º semestre, a UFPR afirma ter adotado medidas para diminuir gastos e manter as atividades com o que ainda tem do orçamento.

De acordo com a instituição, o corte de 30% – anunciado em abril – equivale a R\$ 48 milhões a menos do que o previsto para todo o ano.

Reitor diz que corte de verbas na UFPR pode comprometer o pagamento das contas de água e luz

A UFPR optou em priorizar a atual política de permanência para alunos em vulnerabilidade econômica e a manutenção de contratos terceirizados para, dessa forma, garantir menos desemprego aos aproximadamente 1,5 mil colaboradores que são terceirizados.

Uma série de medidas restritivas ao orçamento já foram adotadas pela instituição. Confira:

Corte linear 30% nas unidades administrativas e atividades acadêmicas;  
Redução de horários e suspensão parcial das linhas de ônibus (intercampi e interpraiais) durante o mês de julho;  
Suspensão parcial dos serviços dos Restaurantes Universitários em julho;  
Excepcionalidade de solicitações de diárias, passagens, transporte de natureza acadêmica ou atividade institucional;  
Empenhos para manutenção e aquisição de equipamentos de laboratórios;  
Redução do formato de eventos tradicionais.

O que diz o MEC

Por meio de nota, o MEC informou que a UFPR recebeu no dia 2 de setembro R\$ 10,9 milhões em limite de empenho.

Segundo o MEC, desde o início do ano a UFPR recebeu R\$ 82,7 milhões em limites de empenho e que ainda resta à instituição R\$ 19,6 milhões em orçamento disponível.

"Dessa forma, este Ministério, após efetuar liberação orçamentária, não possui ingerência sobre os processos de pagamentos que estejam a cargo de suas unidades vinculadas", diz trecho da nota divulgada pelo ministério.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

### **UFMG critica corte no orçamento do Ministério da Educação para 2020 Proposta enviada para o Congresso Nacional prevê corte de 18% no MEC, incluindo 87% no CNPq e 50% na Capes, que financiam a pesquisa**

Em nota divulgada à comunidade acadêmica, o Conselho Universitário da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) se disse profundamente preocupado com o corte de 18% no orçamento do MEC (Ministério da Educação) para o ano que vem. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo federal e prevê redução de 18% nos recursos totais da pasta.

Para a UFMG, o corte faz parte de "mais uma ofensiva declarada ao ensino superior público, à ciência, à cultura e ao desenvolvimento tecnológico do Brasil". Em 2019, o orçamento aprovado para o MEC foi de R\$ 122 bilhões, valor que pode cair a R\$ 101 bilhões caso a PLOA seja aprovada pelo Legislativo federal.

"Além do bloqueio de recursos de manutenção e custeio das universidades e corte em investimentos, a asfixia orçamentária atinge diretamente as duas principais agências financiadoras da pesquisa e pós-graduação do país", critica a universidade.

A UFMG cita, por exemplo, cortes de 87% no orçamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), "valor largamente insuficiente para a manutenção das atividades mínimas de fomento à pesquisa no país". Já a **Capes** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal), que perdeu mais de 8 mil bolsas em 2019, terá o orçamento cortado pela metade.

A nota, assinada pela reitora Sandra Regina Goulart de Almeida, diz que o "estrangulamento orçamentário imposto às instituições públicas" parece integrar uma estratégia política que afronta as instituições e nega o valor da ciência".

Cortes

Desde maio, a UFMG teve R\$ 64 milhões cortados de seu orçamento. No início do mês, a universidade informou que poderia deixar de pagar as contas a partir daquele momento. A instituição de ensino informou que iria priorizar o custeio das atividades fins, como ensino, pesquisa e extensão. No fim de agosto, a UFMG suspendeu a circulação de uma das linhas internas de ônibus para economizar.

topo ↕

## **AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

### **Bolsonaro não comprou agenda de reformas, diz economista**

#### **Marcos Mendes diz que ações dos Três Poderes colocam política fiscal em risco**

O economista Marcos Mendes, colunista da Folha, avalia que há riscos para a agenda de reformas econômicas devido a uma série de discussões em curso no Legislativo e no Judiciário. Além disso, segundo ele, falta empenho do presidente Jair Bolsonaro em defender essas iniciativas.

“O presidente da República não comprou a agenda de reformas. Isso fragiliza e dificulta o processo”, afirmou Mendes durante o lançamento de seu novo livro, “Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?”.

Para o economista, não retroceder nos objetivos de desmontar um estado excludente e concentrador de renda e na manutenção de privilégios já pode ser considerado um avanço neste momento.

Apesar de o Congresso Nacional ter abraçado a pauta das reformas, como as da Previdência, do sistema tributário e administrativa, Mendes listou uma série de projetos na Câmara e no Senado que podem levar o país de volta ao "período de retrocessos muito grandes entre 2005 e 2015", nos governos Lula e Dilma Rousseff.

Ele cita como exemplos a proposta do novo Fundeb (principal mecanismo de financiamento à educação básica) em discussão no Congresso, que direciona mais dinheiro para o setor sem resolver a questão da ineficiência na área, um novo projeto para aumentar a exigência de conteúdo nacional que pode travar investimentos no setor de petróleo e gás, além de tentativas de conceder benefícios previdenciários a categorias específicas.

Fala ainda no risco de derrota do governo em ações no Judiciário com custos bilionários para os contribuintes.

Na sessão de debates do lançamento do livro, Mendes também questionou a tese defendida por alguns economistas de que é necessário elevar os investimentos públicos para que a economia volte a crescer.

Ele contestou, por exemplo, o dado sobre efeito multiplicador dos investimentos públicos apresentado em artigo publicado na Folha no último dia 14, assinado pela ex-secretária de Orçamento Federal Esther Dweck e por outros quatro economistas.



Mendes afirmou que os cinco economistas retiraram um número do contexto do estudo, que a conclusão não é unanimidade e não se aplica a países que não estão em recessão e possuem alto nível de endividamento.

No artigo, o grupo de economistas rebatia argumentos apresentados pelo próprio Mendes em outra publicação.

No evento, Mendes afirmou ainda que as instituições brasileiras não estão consolidadas o suficiente para que seja possível conceder benefícios fiscais temporários e pontuais.

“Temos um modelo muito vulnerável a lobbies e pressões. Tanto o populismo como o espaço para lobbies setoriais não permitem políticas de sintonia fina de estímulo fiscais”, afirmou. “Depois que você deu [o benefício], não tira mais. A mobilização é enorme.”

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Unir abre inscrições para Mestrado e Doutorado em Geografia, em RO**  
**Candidaturas para ambos os níveis encerram no próximo dia 9 de outubro. Aulas começam no primeiro semestre de 2020.**

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) iniciou nesta semana o período de inscrições para o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia nos níveis de Mestrado e Doutorado. As inscrições terminam no dia 9 de outubro de 2019. As aulas começam no primeiro semestre de 2020.

O programa possui o "Ambiente e Território na Pan-Amazônia" como área de concentração, tema que se divide por duas linhas de pesquisa: "Território e sociedade na Pan-Amazônia" e "Paisagem, processos do meio físico e gestão ambiental".

Os candidatos inscritos no processo seletivo deverão passar por quatro etapas de seleção, sendo elas: análise do Curriculum Vitae no formato Lattes, análise do projeto de pesquisa, prova de proficiência em língua estrangeira e defesa oral do projeto de pesquisa.

Os interessados no processo seletivo podem obter mais informações pelo edital disponível no site ou pelo link do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/Unir), onde poderão, também, fazer a inscrição.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Servidores do IFTM entram com representação no MPF contra exonerações em campi**

**Eles alegam que atitude levanta dúvidas sobre a gestão democrática do instituto. Pedidos envolve as unidades de Uberlândia, Uberaba e Campina Verde.**

Professores dos campi do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) em Uberlândia, Uberaba, e Campina Verde fizeram uma representação no Ministério Público Federal (MPF) contra 12 exonerações em cargos de coordenação de curso e direção. Esses desligamentos de chefias ocorreram em agosto deste ano, logo após a as eleições para a reitoria e as novas diretorias da instituição.

As mudanças no meio do ano pegaram professores e alunos de surpresa. "Eu estava como coordenadora geral de Ensino, Pesquisa e Extensão há mais de dois anos. Até

então eu sempre fui bem avaliada, recebia elogios. Eu só fiquei sabendo da exoneração olhando o Diário Oficial da União, não fui comunicada previamente desse desligamento e, até o momento, eu não tive justificativa do por quê isso aconteceu" explicou a professora Poliana Cristo Diniz.

Segundo os servidores, a atitude levanta dúvidas sobre a gestão democrática do instituto. Eles ainda alegam que só foram exonerados aqueles que também concorreram a algum cargo ou que não apoiaram o candidato do atual reitor, Roberto Gil Rodrigues Almeida.

"Embora o reitor tenha a prerrogativa de fazer as nomeações das funções, o diretores também são eleitos e montam as equipes de trabalho. Nós fazemos parte dessa equipe de confiança e, até o momento, nós não tivemos explicações do por quê das exonerações das funções sem o aval dos diretores e da comunidade, que nos colocou efetivamente lá", afirmou o professor Arcênio Meneses.

O reitor Roberto Gil Rodrigues Almeida é responsável pelos campi do IFTM de oito cidades, que somam quase 7,8 mil alunos. Desde semana passada a TV Integração tenta contato com ele pra falar sobre as exonerações e ainda aguarda retorno.

Para o professor Arcênio Meneses, essas inconstâncias geram sérias consequências para o funcionamento do instituto. "Há prejuízos no sentido de garantir a eficiência e o andamento do final da gestão e início da próxima. As pessoas estão questionando se vai dar continuidade aos projetos em andamento, quem vai substituir, como será esse processo", disse Meneses.

Também geram preocupação entre os estudantes que, junto com os docentes, cobram respostas sobre as decisões da reitoria.

"A comunidade precisa de uma explicação sobre uma decisão que veio do dia para a noite, extremamente autocrática. A universidade é um espaço democrático. Então, nós nos perguntamos se essa decisão tem cunho político, por quê essas pessoas foram exoneradas?", indagou aluna Cássia Sawazaki.

O MPF de Uberaba informou que recebeu a denúncia e que o procurador está analisando o caso. A procuradoria não tem um prazo pra realizar essa análise.

Já o Ministério da Educação (MEC) afirmou que o IFTM tem total autonomia para falar sobre esse assunto.

O representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) em Uberaba disse que tomou conhecimento do caso e que colocou a equipe de advogados à disposição para orientar os servidores e filiados. Ele informou também que vai levar o caso à direção nacional do sindicato, que deve discutir a situação em plenária neste sábado (28) e domingo (29).

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Racionando verbas, universidades federais em Pernambuco suspendem eventos e uso de ar-condicionado**

**Universidades Federal Rural e do Vale do São Francisco dizem que têm restringido atividades e perdido bolsas de pesquisa devido ao contingenciamento do orçamento da Educação.**

Com o contingenciamento do orçamento da Educação, as três universidades federais localizadas em Pernambuco têm suspenso eventos e racionado atividades que gerem gastos, como viagens e uso de aparelhos de ar-condicionado.

Entenda o bloqueio de verbas das federais

Caso novos recursos não sejam liberados até o fim de 2019, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) alegam que alguns serviços podem deixar de ser oferecidos à população.

Procurada pelo G1, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) afirma que não vai se pronunciar sobre o assunto até que haja o desbloqueio de verbas.

UFRPE

Caso seja confirmada a manutenção do bloqueio de verbas, a UFRPE declara que "não terá condições de arcar com as despesas dos últimos quatro meses do ano". Eventos como a Feira de Profissões de 2019, prevista para outubro, já foram suspensos.

Até o fim de 2019, a universidade prevê a perda de 65 bolsas de pós-graduação e pesquisa. Também é possível perder bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), caso não haja orçamento para o pagamento do auxílio.

Segundo a instituição, trabalhos nas áreas de agronomia, ciência veterinária, zootecnia, ciências biológicas e demais áreas podem ser afetados de forma irreversível caso haja permanência no contingenciamento.

"Pesquisas em melhoramento genético, por exemplo, que são desenvolvidas ao longo de décadas, simplesmente podem ser perdidas se a instituição não tiver condições de arcar com despesas básicas", diz a UFRPE em nota.

Univasf

Na Univasf, as bolsas também são afetadas. Segundo a instituição, os projetos que estavam em processo de seleção e seriam implementados a partir de agosto não serão executados por falta de verbas.

Os demais projetos em atividade na instituição devem receber menos recursos para atividades de campo e a Univasf não garante a continuidade das pesquisas, no que se refere ao repasse de verbas.

Grande Rio

Desde maio, serviços terceirizados, como limpeza e manutenção, têm sido restringidos na Univasf. O semestre letivo, iniciado em 19 de agosto, não tem previsão de interrupção, mas o racionamento dos serviços pode afetar aulas e demais atividades, de acordo com a instituição.

O uso de aparelhos de ar-condicionado durante a tarde foi racionado pela Univasf, exceto em laboratórios com experimentos, salas sem janelas e com equipamentos que

não podem ser submetidos a altas temperaturas. A medida já havia sido adotada pela UFPE em agosto.

## Dívidas

Segundo a UFRPE, não há dívidas de anos anteriores, mas não há como fechar as despesas de 2019 devido ao contingenciamento ocorrido neste ano. Caso a universidade termine o ano com saldo negativo, o orçamento de 2020 também será afetado em mais de R\$ 20 milhões, diz a instituição.

A Univasf, no entanto, já havia encerrado 2018 com um saldo negativo de R\$ 4 milhões. Em 2019, a universidade estima ter um déficit financeiro de R\$ 10 milhões, caso os recursos não sejam liberados pelo Ministério da Educação.

topo ↕

## METRÓPOLES - TEMPO REAL

### **Contratação de professores pela CLT é retrocesso, dizem entidades Quadro de servidores cresceu 66% em uma década em razão da expansão das instituições federais de ensino**

A proposta do Ministério da Educação (MEC) de criar uma empresa pública para contratar sob o regime celetista professores e técnicos administrativos para as Instituições Federais de Ensino (IFEs) provocou reação imediata nos servidores públicos. Entidades representativas dos profissionais estão se mobilizando e programam uma agenda cheia de manifestações contrárias na próxima semana.

A alteração no regime de contratação acabaria com a estabilidade e os planos das carreiras que foram reestruturados ao longo da última década.

Para o presidente da Federação dos Sindicatos de Professores e Professoras de Institutos Federais de Ensino Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes), Nilton Brandão, o plano do MEC afasta as instituições de seus propósitos de ensino, pesquisa e extensão e da autonomia em prol de construção social e passa a atender aos interesses mercadológicos momentâneos de um governo.

“A universidade da maneira com que está construída hoje não é do interesse do atual governo, por isso querem dismantelar e precarizar o que levou tanto tempo para ser estruturado”, afirma o professor.

Ele também faz duras críticas ao programa Future-se: “Sob frases de efeito, fala-se em modernização, mas, olhando bem, é um programa feito por economistas, sem referencial técnico ou científico. Parece mais um retrocesso sob uma apologia de avanço”.

Brandão analisa que, na prática, a ideia é viabilizar um meio legalizado para congelamento e restrições orçamentárias direcionadas à educação federal, gerar competição destrutiva entre os professores e técnicos celetistas e estatutários, ignorar os propósitos de eficiência do concurso público e encontrar uma maneira alternativa de privatizar as universidades e institutos federais.

## Manifestações

Contra as atuais medidas do ministro da Educação, Abraham Weintraub, está marcada uma manifestação nacional organizada por estudantes, professores e técnicos

administrativos, na próxima quarta-feira (02/10/2019) e uma paralisação nos dois dias que se seguem. Até o momento, 25 universidades federais se posicionaram publicamente contra o Future-se, inclusive a Universidade de Brasília (UnB).

Segundo Brandão, após mais de 15 anos de retenção de recursos para investimentos nas IFEs, houve uma expansão exponencial na última década, tanto em infraestrutura quanto em recursos humanos. “A demanda foi reprimida por 15 anos, 20 anos, e só na última década vimos ser colocado em prática um verdadeiro plano de valorização da educação federal. Agora, querem destruir o que foi feito”, comentou.

Apesar dos constantes cortes e suspensões de concursos públicos desde 2014, a Educação não foi afetada, mantendo suas seleções. De acordo com o Painel Estatístico do Ministério da Economia, em agosto, 297.412 servidores ativos estavam vinculados ao MEC, a grande maioria de professores e técnicos administrativos. Em 2009, no início do programa de expansão, esse número era 40% menor, com 178.864 profissionais no mesmo período do ano.

Hoje, a rede federal de educação profissional e tecnológica tem 661 unidades, entre institutos federais, centros de educação tecnológica (Cefets), escolas técnicas, a Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR) e o Colégio Dom Pedro II (Rio de Janeiro). Antes de começar a expansão em 2008, eram cerca de 40 unidades. Além disso, há 68 universidades federais, 18 delas criadas no mesmo período.

topo 

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **Educação : “O Brasil precisa olhar para fora”**

#### **Para a especialista em políticas educacionais Paula Louzano, a resistência a aprender com outros países está nos deixando para trás na área da educação**

Pedagoga pela universidade de São Paulo, com mestrado em educação comparada pela Universidade Stanford e doutorado em política educacional pela Universidade Harvard, a brasileira Paula Louzano é uma das maiores especialistas do Brasil em educação comparada e políticas públicas para a educação. Ela liderou o Programa de Especialização Docente para formação de professores de matemática em parceria com sete universidades brasileiras, usando o conhecimento de formação de professores da Stanford.

O programa existe desde 2015. Há dois anos, Paula dirige a Faculdade de Pedagogia da Universidade Diego Portales, no Chile. A experiência no país com os melhores resultados em educação da América Latina e seu sólido conhecimento da realidade do ensino brasileiro fazem dela uma das críticas mais afiadas da forma de tomar decisões e conduzir políticas públicas em educação no Brasil. Paula Louzano conversou com EXAME quando esteve no país para participar do Seminário Internacional de Educação Básica: Gestão Pedagógica e os Resultados de Aprendizagem, realizado em Fortaleza em agosto.

A senhora é uma crítica contundente da forma como o Brasil reage às experiências de outros países. O que está errado?

Quando se está atrasado na agenda, como é o nosso caso, é muito importante olhar para as soluções que outros países buscaram. Quando olhamos para uma política internacional, olhamos também para a trajetória da implementação. Os erros e acertos

nesse percurso são riquíssimos, podem nos ajudar inclusive com políticas que não sejam as mesmas, mas que em algum momento do processo enfrentam questões semelhantes na implementação. O pesquisador Michael Fullan [especialista canadense em reforma educacional] diz que a ideia é 25% e a implementação é 75% da solução. Essa é uma das principais perdas que o Brasil tem ao se recusar a fazer essa análise. O Brasil olha muito pouco para fora. Existe uma cultura de usar nossas diferenças como uma barreira para a discussão comparada: “o Brasil é muito grande, ou é muito diverso, ou é muito pobre para ser comparado”. Com essas desculpas, perdemos chances de aprender, de errar menos e de acertar mais com menos dor.

Como é no Chile?

No Chile, é o contrário. O Chile sempre se sentiu geograficamente muito isolado. Ele tem o Polo Sul de um lado, em cima está o Deserto de Atacama. O país sempre buscou uma conexão com o mundo. Lá o modus operandi não é ideológico. Quando têm uma questão, o primeiro movimento é dizer: “Vamos ver como outros países resolveram esse problema”. Depois desse levantamento, eles se alinham ideologicamente, porque isso faz parte do mundo político. Mas isso não significa que o Chile só copie. Há muita coisa que só existe no Chile.

Desde os anos 2000, o Chile deu um salto no Pisa, avaliação internacional de estudantes, e tornou-se o país latino-americano mais bem colocado nos rankings de leitura, matemática e ciências. Como foi o processo?

O primeiro movimento do Chile, no início da democracia, em 1990, foi reformular o currículo para uma fase de mais participação política e cidadania. Dez anos depois, o país postulou a entrada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A organização fez, então, um raio-X da educação no país e o diagnóstico foi ruim: o Chile tinha um currículo rico que apontava para a sociedade do conhecimento, mas seus professores não eram capazes de trabalhar com esse currículo nem as faculdades sabiam formar novos professores para ele. Foi uma chamada à realidade para o Chile.

O Brasil pleiteia uma vaga na OCDE. É uma oportunidade para a educação?

Tudo vai depender da reação à análise da OCDE. Quando você convida uma instituição que entende daquele assunto para ajudá-lo, você ouve o que ela tem a dizer, por mais doído que seja, e passa a trabalhar com base no diagnóstico. Não se pode pensar em entrar na OCDE para ficar rebatendo as críticas com “mas eu sou grande, eu sou diferente”. Mudar a educação é uma decisão de país. Implica uma série de medidas impopulares e o jeito de lidar com elas é buscar consenso, ser capaz de colocar pessoas que não se toleram para sentar juntas e não abrir a porta enquanto não conversarem.

Que medidas impopulares o Chile tomou para melhorar a educação?

Muitas. Vou falar sobre uma que é rechaçada veementemente no Brasil: avaliação da qualidade da aula de cada professor. Depois de concluir que isso era fundamental para a correção de rota, o governo passou a trabalhar o consenso em torno da questão. O sindicato dos professores chileno produzia a mesma grita que o brasileiro produz aqui sobre esse assunto. O governo chamou o sindicato para a mesa e apresentou todos os

dados que corroboravam a estratégia de avaliação. Foram três anos de negociação. Outra medida que eles tomaram foi elevar o imposto sobre valor agregado de 18% para 20% para aumentar a remuneração dos professores em 30%. A medida faz parte da estratégia de valorização da carreira. A busca da qualidade levou o Chile a fechar dezenas de cursos de pedagogia e a proibir o ensino online da carreira. Aumentaram a nota para ingressar em pedagogia e a carga horária do graduando dentro de sala de aula, porque entenderam que sem a prática não se aprende a dar aula. Os estágios começam no segundo ano. Enquanto isso, no Brasil, 60% dos alunos de pedagogia estão matriculados em cursos a distância ou semipresenciais, sem controle efetivo da qualidade. Hoje, os dois únicos cursos geridos pelo Estado são medicina e pedagogia. O princípio para ambos é o mesmo: rigor na formação teórica e prática antes que os profissionais tenham contato com pacientes ou alunos sem supervisão.

A senhora estudou e viveu nos Estados Unidos. Como é a discussão lá?

Os Estados Unidos estão sempre patinando em educação básica porque não tomaram a decisão como país de transformar a carreira do professor. Lá existem nichos de excelência, mas observe os resultados nacionais. Estar mais de 30 colocações distantes dos primeiros lugares não é condizente com todo o potencial e recurso que os Estados Unidos têm.

O Brasil vive um momento de muita polarização política. É possível buscar consenso nesse contexto?

É difícil, mas é possível. O Chile também pode servir de inspiração. O país passou por uma transição complexa da ditadura para a democracia. O não a Pinochet ganhou só de 56% a 44%. No Brasil, as polaridades existem dentro de uma democracia. No Chile, não era assim. Todos os governos da fase democrática tiveram a sabedoria de perceber que tinham de buscar consenso de todos os setores. Uma quebra de paradigma não se dá por decreto. Ela precisa de um processo de convencimento e negociação.

Em algum momento o Brasil conseguiu esse consenso em torno da educação?

Embora longo e tortuoso, o processo de chegar à Base Comum Curricular foi produtivo. Tivemos um impeachment, que é uma ruptura, e a discussão da base se manteve, porque não era político-partidária, era uma discussão de Estado.

Dava para ter feito isso antes?

Dava. Esse debate ficou interdito por anos pelo preconceito que a esquerda brasileira tinha com o tema. Outra oportunidade que o país perdeu foi na definição do piso salarial para os professores entre 2007 e 2008. Aquele era o momento para repensar a profissão, definir qual profissional queremos, com qual carreira. Perdemos a oportunidade de rediscutir a única profissão que não segue a lei trabalhista de 40 horas semanais no país. O docente pode acumular 65 horas em São Paulo e 71 horas no Rio de Janeiro.

Que tipo de reforma a senhora enxerga como possível hoje no Brasil?

Tem algumas coisas importantes acontecendo: o Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio. Como eu já citei,

implementação é 75% do jogo. Agora, se quiser mudar o jogo mesmo, precisa mexer com o professor: formação, remuneração, avaliação. Mas eu não consigo ver isso ainda no horizonte do Brasil, infelizmente.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **MEC divulga orientações a participantes do Encceja**

Os participantes que obtiveram a nota mínima exigida no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) devem buscar as secretarias estaduais de educação ou institutos federais para obter o documento que comprova a conquista da qualificação. Hoje (25), o Ministério da Educação (MEC), divulgou orientações a esses estudantes.

As secretarias estaduais de Educação devem ser procuradas para emitir o certificado. Além disso, no caso do aprovado no ensino médio, também é possível pedir o documento em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que firmaram Termo de Adesão ao Encceja. O candidato deve ir ao instituto que indicou no momento da inscrição para realizar a solicitação do certificado. O atendimento pode ser realizado em 283 campus de 32 institutos credenciados que estão espalhados em 24 unidades da Federação. Apenas Ceará, Alagoas e Tocantins não possuem unidades cadastradas.

Apesar de não ser obrigatório, levar a página impressa com o resultado ajudará o atendente no processo de identificação da nota e fará com que o certificado seja emitido mais rapidamente. O resultado da prova realizada em 2019 está previsto para dezembro e poderá ser consultado no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira .

Tem direito ao certificado de conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio o participante que atingiu, no mínimo, 100 pontos em cada uma das áreas de conhecimento e tirou nota igual ou maior do que 5 em redação. A certificação pode ser solicitada por participantes aprovados no exame em edições de anos passados, desde 2006.

#### **Certificação parcial**

Aqueles estudantes que obtiveram a nota mínima em uma área do conhecimento, mas não nas quatro provas do Encceja, podem requerer a declaração parcial de proficiência. Com ela, o participante poderá se inscrever apenas para as áreas nas quais não obteve a pontuação necessária na próxima edição do exame.

No caso da declaração parcial de proficiência em linguagens, códigos e suas tecnologias, no ensino médio, o estudante deve ter atingido, ao mesmo tempo, o mínimo de 100 pontos na prova e 5 pontos na redação, na mesma edição do exame.

No ensino fundamental, pode solicitar a declaração parcial de proficiência quem conseguiu, pelo menos, 100 pontos em língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes e/ou educação física. O participante também precisa ter alcançado nota 5 ou superior em redação, na mesma edição do Encceja.

#### **Encceja**

O Encceja é um exame para jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos na idade apropriada. Os interessados em tentar o certificado do ensino



fundamental devem ter, no mínimo, 15 anos de idade completos na data da prova; para obter o certificado do ensino médio, a idade mínima exigida é de 18 anos.

topo ↕

## **REUTERS BRASIL - TEMPO REAL**

### **Educação básica e saúde preventiva podem continuar indexadas em pacto federativo, indica Guedes**

BRASÍLIA (Reuters) - O ministro da Economia, Paulo Guedes, fez forte defesa da necessidade de desvinculação e desindexação do Orçamento por meio de novo pacto federativo, mas indicou que, para além do salário mínimo, outras despesas podem continuar carimbadas, como as ligadas à educação básica e à saúde preventiva.

“Nós temos que avaliar quais dessas despesas que estão carimbadas merecem seguirem indexadas”, disse ele nesta quarta-feira ao participar de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional.

“Por exemplo, o salário mínimo o presidente já falou: ‘esse tem que seguir indexado’. Ok. De repente, educação básica. Vamos seguir com isso também. De repente, saúde preventiva, sim. Há outra? Vamos conversar a respeito”, acrescentou.

Segundo Guedes, o governo vai encaminhar sua proposta de pacto federativo na direção de ampla desvinculação, desobrigação e desindexação do Orçamento assim que o Senado aprovar a reforma da Previdência. Ele estimou que isso ocorrerá em cerca de três semanas.

A ideia é que a proposta comece a tramitar com os senadores. Para tanto, será necessário que um deles apresente a matéria, já que uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) enviada pelo Executivo necessariamente é analisada primeiro pela Câmara dos Deputados.

Guedes disse ser necessário examinar a indexação das despesas obrigatórias, que hoje “estão asfixiando a República e atrofiando a atuação parlamentar”. E avaliou que a investida vai possibilitar que a classe política reassuma o protagonismo em relação ao Orçamento público, hoje fortemente engessado.

No projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020, o governo estimou que as despesas obrigatórias responderão por 94% dos gastos totais.

## **REFORMA TRIBUTÁRIA**

Em relação à reforma tributária, Guedes destacou que a proposta do governo está praticamente pronta, apesar de “acidente de percurso” na Receita Federal em meio à recente troca de comando do órgão.

A ideia, de acordo com o ministro, é que a proposta seja trabalhada em comissão mista formada por Câmara e Senado. Ele apontou que o envio do texto do governo poderá ser feito já na semana que vem.

“Vamos muito brevemente entrar nessa comissão mista com a (reforma) tributária”, disse.

“A nossa (proposta) estava bem avançada, mas um dos pilares foi baleado. É como pneu

furado, tem que encher de novo e botar outro para rodar”, afirmou ele, numa referência à implementação de um imposto sobre transações, nos moldes da extinta CPMF.

A iniciativa constituía um dos pilares do texto do Executivo e havia sido concebida para compensar a desoneração sobre a folha de pagamento das empresas. Mas acabou barrada pelo presidente Jair Bolsonaro em meio à forte resistência popular e de parlamentares ao tema.

Guedes já afirmou que o governo não irá desistir da desoneração da folha, mas ainda não apontou o que virá no lugar do imposto sobre pagamentos para bancar essa renúncia tributária.

Em sua fala inicial, o ministro também afirmou que o governo se debruça sobre uma reforma administrativa em função do aumento descontrolado de gastos relacionados ao funcionalismo.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Educação Superior a Distância cria novo ecossistema empresarial**

A Educação a Distância com seus números extremamente significativos quando se fala em crescimento de alunos matriculados, de Instituições ofertantes e de locais de oferta (polos), nos últimos 5 anos, mostra que existe um grande setor sendo construído a partir do surgimento de diversas empresas com papéis diversificados nesta cadeia produtiva.

Surge mais espaço para Ambientes Virtuais de Aprendizagem (CANVAS, MOODLE e BLACKBOARD) - ambientes onde se publicam os conteúdos que devem ser integrados aos sistemas de gestão acadêmica que registram notas e permitem ao aluno acompanhar as suas avaliações e atividades, como CRM, TOTVS e COLEGIUM.

Por ser um segmento onde a satisfação do cliente, que é o aluno, durante toda a sua trilha formativa - uma graduação pode durar até 5 anos sem reprovações - é um caminho longo, mais solitário e exige elementos de atração e motivação. Neste cenário surge outro tipo de ator no segmento que são as fábricas de conteúdo, as quais firmam parcerias com as Instituições de Ensino Superior e não só desenvolvem temas com autorias, mas implementam recursos tecnológicos aos conteúdos desenvolvidos de maneira tradicional, neste caso Grupo Phortes, Delinea e DTCOM.

Não só com foco no produto e na entrega, o segmento de EAD fez surgir um perfil de empresa que trata do relacionamento do aluno. A jornada do cliente, neste caso do discente, abrange desde o momento em que este é apenas um interessado, se transforma em um candidato, torna-se aluno a até o fim de seu curso.

Esta nova realidade abre espaço para novas empresas parceiras, como Persone que faz este acompanhamento ou como a Alumia que além do acompanhamento da régua de captação, identifica o perfil do candidato, a persona e contribui com a IES para ajustar seus programas de graduação e de pós-graduação com objetos de aprendizagem que se adéquem mais ao perfil de aluno ideal. Tal trabalho desenvolvido neste segmento importante do EAD ajuda a atrair mais alunos para o estudo formal, pois se as necessidades são identificadas, a empresa contribui para a melhor escolha.

Esta realidade se assemelha a um mercado promissor e sempre em crescimento no

Brasil, que é o de Seguros, não coincidentemente, seguros a exemplo de educação é um mercado de confiança. Nenhuma pessoa física contrata um seguro, de qualquer tipo, de uma seguradora, mas sim de um corretor, que é especialista nos tipos de apólices, de seguros ofertados e identifica para o perfil do contratante a melhor opção.

No setor da Educação a Distância também surgem as empresas corretoras, que atendem os interessados e indicam quais os melhores cursos dentro do perfil do candidato: idade, disponibilidade de tempo, capacidade de pagamento e outras características mais "individuais" para conhecendo os cursos das IESs poder fazer a melhor indicação. A busca deve ser por valorizar o cliente, o usuário, o aluno, mais do que na Educação Presencial, pois os momentos de interface com os alunos no EAD precisam ser no mínimo agradáveis e com objetivo de encantamento.

\* César Silva é presidente da Fundação FAT (Fundação de Apoio à Tecnologia)

## **BLOG DO VALENTE - TEMPO REAL**

### **De anti-HIV a proteção de bichos: veja pesquisas do CNPq que podem parar**

O orçamento para 2019 do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é insuficiente para fazer o pagamento das 84 mil bolsas da entidade até o final do ano. O dinheiro esgotou-se em setembro —o órgão planeja transferir recursos do fomento para honrar as bolsas de outubro. Para os três meses restantes (a bolsa de dezembro é paga em janeiro), o CNPq ainda busca uma solução. Na semana passada, o ministro Marcos Pontes, do MCTIC, disse que está batalhando por recursos para cumprir esse compromisso junto ao Ministério da Economia.

Enquanto isso, pesquisas que trazem progresso ao país como tratamentos avançados para HIV, zika e câncer, ou alternativas para o uso de animais em testes ficam em modo de espera. O professor da Universidade Federal de Pernambuco Severino Alves Jr. pesquisa novos métodos de tratamento de câncer. Entre os seus projetos de pesquisa, estão o desenvolvimento de nanomarcadores para detecção e tratamento de câncer, num modelo conhecido como teranóstico o mesmo produto é utilizado para diagnóstico e tratamento. Para isso, são utilizadas nanopartículas com material multifuncional, que tanto emite radiação para tratamento quanto luminescência para monitorar o tumor. Hoje testado apenas em ratos, no futuro o modelo permitiria começar o tratamento mais cedo, assim como reduzir a dosagem dos medicamentos utilizados pelos pacientes. Além da verba do CNPq, as diversas pesquisas do laboratório são financiadas com recursos de várias origens, como o **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, ligado ao Ministério da Educação, e a Facepe (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco). Ainda assim, um iminente corte do CNPq pode parar a pesquisa.

“Aqui no laboratório giram em torno de 50 pessoas, contando com estudantes de iniciação científica, mestrado, doutorado”, conta Junior. “Se não pagar as bolsas, eles não têm como vir trabalhar.” O professor é ele próprio bolsista de produtividade científica do CNPq, uma categoria reservada a acadêmicos com alto volume de pesquisas e publicações. Mensalmente, ele recebe cerca de R\$ 1.400 mais R\$ 1.100 para gastos com bancada, esta segunda fatia ele investe integralmente no laboratório.

Anti-HIV em alga e bichos

Izabel Paixão, professora da Universidade Federal Fluminense e chefe do Laboratório

de Virologia Molecular e Biotecnologia Marinha, conduz uma linha de pesquisa que busca em substâncias encontradas em duas algas da costa brasileira capacidade de tratamento ou prevenção contra HIV, herpes, zika e chikungunya. No caso do HIV, a ênfase é a prevenção. A pesquisa de Izabel atua nessa frente, pois a substância do grupo dos diterpenos polioxigenados tem grande potencial inibidor na etapa inicial do vírus HIV, antes dele entrar na célula humana. Comparadas a coquetéis como o AZT, a grande vantagem é que os diterpenos não são tóxicos, diminuindo os efeitos colaterais.

\*UOL

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

**Em nota, Anpur lamenta desmonte da cultura, da educação e da ciência nacionais “Trata-se do mais contundente ataque à soberania nacional e ao desenvolvimento econômico e social do País”, afirma a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**

Leia a nota abaixo:

A Diretoria da ANPUR lamenta pelo desmonte do setor público relacionado à cultura, à educação, ao sistema de pós-graduação e pesquisa e de ciência e tecnologia, em curso. Trata-se do mais contundente ataque à soberania nacional e ao desenvolvimento econômico e social do País. Lamenta pelas intervenções nas Universidades Federais, com a indicação de Reitores que não foram os mais votados nas consultas públicas realizadas junto à comunidade universitária; lamenta pelo contingenciamento e redução de verbas de custeio e investimentos do CNPq, da CAPES e da FINEP; lamenta pelas graves restrições orçamentárias impostas às instituições federais de ensino e pelas propostas turvas contidas no documento Future-se. Lamenta ainda pelo descuidado intencional com o meio ambiente e, em particular, pelo desleixo com a questão amazônica. Lamenta, enfim, pela destruição de expectativas, esperanças e sonhos dos brasileiros.

A ANPUR continuará trabalhando – em consonância com as demais associações acadêmicas e, em particular, com a SBPC – no acompanhamento, análise e reação às propostas governamentais no nosso campo de atuação, trazendo informações atualizadas para os programas afiliados e seus docentes, discentes e funcionários.

Márcio Moraes Valença

Presidente da ANPUR

topo ↕

## JORNAL DA USP - SP - GERAL

**Remédio para Alzheimer também tem efeito contra doença de Chagas  
Pesquisa realizada na USP descobriu que a memantina elimina em camundongos o ‘Trypanosoma cruzi’, parasita causador da infecção**

A memantina, medicamento utilizado em pacientes com Alzheimer, pode ser eficaz para o tratamento da doença de Chagas. É o que aponta um estudo realizado pelo Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP e publicado no dia 19 de setembro na revista científica PLOS Neglected Tropical Diseases.

Os resultados mostraram que a substância é capaz de matar o parasita que causa a doença, o Trypanosoma cruzi, geralmente transmitido através de picadas do inseto

barbeiro. Nos testes feitos em camundongos infectados, a quantidade de parasitas foi consideravelmente reduzida após o tratamento com memantina e a taxa de sobrevivência dos animais aumentou.

Conforme explica o professor Ariel M. Silber, coordenador do estudo, o próximo passo é verificar se os dados levantados permitem que seja realizado um ensaio clínico, ou seja, um estudo para testar se o tratamento com memantina teria o mesmo efeito em seres humanos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que o número atual de pessoas infectadas pelo *Trypanosoma cruzi* seja entre 6 e 7 milhões, a maioria na América Latina. Uma vez no organismo, o parasita provoca reações inflamatórias que podem chegar a comprometer o funcionamento de tecidos e órgãos, causando até a morte.

A doença de Chagas faz parte das chamadas “doenças negligenciadas”, categoria que abarca um conjunto de enfermidades tratáveis e curáveis, porém endêmicas em populações de baixa renda. Por atingirem sobretudo grupos com pouco poder aquisitivo, despertam menos interesse na indústria farmacêutica e, conseqüentemente, também há menos investimento em pesquisas sobre elas.

Tratamento existente é insatisfatório

Atualmente, existem dois fármacos utilizados para o tratamento de Chagas, o nifurtimox e o benznidazol, bastante eficazes na forma aguda da doença. Acontece que ambos são tóxicos para os humanos, por isso apresentam sérias dificuldades para tratar a forma crônica, quando é necessário o uso prolongado.

De acordo com Silber, existem várias pesquisas que buscam a otimização do tratamento existente, principalmente com o benznidazol. Entretanto, os fármacos em si são insatisfatórios. “Por causa dos efeitos colaterais, muitas vezes é impossível completar o tratamento, e o caso mais frequente é que não se atinja a cura. Por isso é tão importante dispor de novos medicamentos”, completa.

No organismo humano, a ação da memantina ocorre a partir da interação com os receptores NMDA (N-metil D-Aspartato). Os pesquisadores haviam identificado em estudos anteriores a possibilidade de haver receptores com características semelhantes no *Trypanosoma cruzi*. Assim, a hipótese levantada foi de que a droga poderia interagir da mesma forma se aplicada a ele, o que acabou se comprovando.

No caso do *Trypanosoma cruzi*, porém, essa interação acaba por causar a morte. Os resultados mostraram que o parasita morria com uma dose relativamente baixa de memantina, enquanto as células infectadas por ele eram pouco ou nada afetadas. Esse processo foi detalhado na dissertação de mestrado de Flávia Silva Damasceno, defendida em 2013 e também publicada em artigo. Depois, o estudo foi aprofundado na dissertação de Higo Fernando Santos Souza, que corroborou a hipótese e gerou o artigo publicado agora.

O fato de a memantina já ser utilizada em humanos é uma grande vantagem para o desenvolvimento de um novo medicamento. “Já sabemos, por exemplo, qual a dose máxima que pode ser utilizada num paciente infectado, os possíveis efeitos colaterais, a velocidade em que o organismo elimina a substância. Existe muito conhecimento

acumulado sobre a droga que pode valer para o seu uso no tratamento da doença de Chagas”, diz Silber.

Financiamento e próximos projetos

Pesquisa foi toda desenvolvida no Departamento de Parasitologia do Instituto de Ciências Biomédicas – Foto: Marcos Santos/USP Imagens

Desenvolvido inteiramente na USP, o estudo foi uma colaboração entre o Laboratório de Bioquímica de Tryps (LaBTryps), coordenado pelo professor Ariel Silber, e o Laboratório de Imunoparasitologia Experimental, coordenado pelo professor Cláudio Marinho, também do ICB. O financiamento foi feito pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (Fapesp), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Medical Research Council, do Reino Unido.

O LaBTryps, que estuda como os diferentes tripanossomas interagem com seus hospedeiros, continuará desenvolvendo pesquisas sobre o Trypanosoma cruzi. “Estamos interessados em entender qual sua lógica de funcionamento. O que ele aproveita quando infecta uma célula de mamífero, ou quando está no tubo digestivo do barbeiro? Como ele lida com variações de temperatura?”, exemplifica o professor Silber. “Quanto mais soubermos da biologia deste e de outros parasitas, maior é a chance de encontrarmos processos onde é possível interferir com novos fármacos.”

Além dos dois professores mencionados, também assinam como autores do artigo Higo Fernando Santos Souza, Sandra Carla Rocha, Flávia Silva Damasceno, Ludmila Nakamura Rapado e Elizabeth Mieko Furusho Pral. É possível conferir o texto completo na PLOS Neglected Tropical Diseases, em inglês.

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

**Maioria das universidades federais rejeita Future-se, do MEC**

**Levantamento foi feito pelo Estado em consultas às 63 instituições; principal temor é possível perda da autonomia acadêmica e financeira, uma vez que os contratos de trabalho ou para pesquisas seriam fechados por meio de OSs**

SÃO PAULO - A maioria das universidades federais já decidiu não aderir ao Future-se ou manifestou críticas ao programa do Ministério da Educação (MEC), lançado em julho. E, até agora, nenhuma instituição declarou publicamente que pretende participar do projeto que prevê gestão por meio de organizações sociais (OSs) no ensino superior público.

O levantamento foi feito pelo Estado em consultas às 63 universidades. Entre as que já decidiram em seus conselhos internos pela não adesão estão as maiores e mais tradicionais federais, como a de São Paulo (Unifesp), do Rio de Janeiro (UFRJ), de Minas Gerais (UFMG) e de Brasília (UnB).

Reitores já dão como certo que o programa não será implementado na forma como foi apresentado. No mês passado, em entrevista ao Estado, o ministro Abraham Weintraub chamou os dirigentes que criticavam o Future-se de “pessoal militante politicamente” ligado ao “PSTU, PSOL, PT”. Para ele, o programa, que tem adesão voluntária, contaria com um quarto das federais.

A maior crítica das instituições é uma possível perda da autonomia acadêmica e financeira porque os contratos de trabalho ou para pesquisas seriam fechados por meio de OSs. “Não sabemos quais serão os objetivos das organizações sociais, os projetos podem passar a estar subjugados ao que dá lucro. Que mercado vai querer financiar doenças negligenciadas, por exemplo?”, questiona a reitora da Unifesp, Soraya Smaili.

Segundo ela, a Unifesp não é contrária a diferentes formas de captação de recursos, desde que "garantido o recurso público para o funcionamento das instituições". O documento aprovado pelo Conselho Universitário da instituição, que abriga a Escola Paulista de Medicina, uma das mais conceituadas do País, diz que o Future-se “possui diversas fragilidades e riscos” e por isso é “inaceitável”.

Desde o lançamento do programa, procuradores das universidades federais têm analisado as propostas do MEC e chegaram à conclusão de que elas não têm sustentação jurídica. Um dos questionamentos é com relação à venda de bens públicos pelas organizações de direito privado. Segundo o documento divulgado pela Federal do ABC (UFABC), o Future-se "prevê a alteração de 17 leis" e não deixa claro como isso será feito.

A ideia central do Future-se é a captação de recursos próprios pelas instituições e a gestão por meio de OSs. Também incentiva naming rights (usar o nome de empresas/patrocinadores) e busca de dinheiro pela Lei Rouanet, algo que muitas federais já fazem. Outro ponto que os reitores consideram que não está claro é a criação de um fundo para financiar pesquisas e inovação. Há questionamentos sobre a legalidade jurídica e viabilidade fiscal. O programa prevê também indicadores de metas e governança.

Nesta semana, Weintraub declarou ainda ao Estado que as instituições que aderirem ao Future-se teriam de contratar professores por regime de CLT (carteira assinada) e não mais por concurso público. Para boa parte dos reitores, a informação se tornou mais uma razão para não participarem do programa.

“O nosso trabalho é o oposto, é buscar a dedicação exclusiva do professor para garantir que ele dê aulas e faça pesquisa”, diz a reitora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Valeria Correa. A Ufal é uma das que ainda não divulgou um documento final sobre o assunto elaborado pelo Conselho Universitário, mas tem criticado o programa.

Outro caso é da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cujo reitor, Luís Eduardo Bovolato, já declarou publicamente que o projeto é "vago" e que aderir ao Future-se seria um "mergulho no escuro". A instituição deve decidir, contudo, se irá rejeitar ou aderir ao programa apenas em outubro.

34 universidades federais rejeitaram o Future-se

O Brasil tem 63 universidades federais. O levantamento do Estado mostra que 54% (34) rejeitam o projeto de alguma forma. São 27 que já decidiram em seus Conselhos Universitários por não aderir à proposta e outras sete que ainda vão concluir um documento, mas criticam o Future-se. Outras 27 comunicaram que ainda não tomaram uma decisão ou que não pretendem se manifestar até que haja um projeto de lei. Duas não responderam aos questionamentos da reportagem e também não publicaram

qualquer posicionamento a respeito do programa.

O MEC pretende finalizar no mês que vem o projeto de lei para mandar ao Congresso. O programa passou por consulta pública, finalizada no mês passado.

Questionado pelo Estado sobre as instituições que já teriam aderido ao programa, o secretário da educação superior do MEC, Arnaldo Lima, disse que essa informação era confidencial. Depois, afirmou que “formalmente não há quem aderiu ou não ao Future-se, (porque) o projeto precisa primeiro ser aprovado pelo Congresso Nacional”. Segundo ele, “17 universidades estão contribuindo ativamente para o aperfeiçoamento do programa”.

Na semana passada, os reitores estiveram em Brasília para discutir o programa no Senado. Eles tiveram a garantia de Lima de que o projeto iria considerar as críticas e seria apresentado aos reitores antes de ser enviado ao Congresso. No entanto, foram surpreendidos com a entrevista de Weitraub ao Estado em que falava sobre a contratação de professores por CLT. A primeira minuta foi feita sem qualquer participação das universidades, o que também não agradou aos reitores e ainda deixou dúvidas sobre vários pontos propostos.

O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Vicente Oppermann, instituição que também rejeitou o Future-se, diz que o MEC não pode apresentar um planejamento estratégico único para instituições de perfis tão diferentes. “Há universidades com 100 anos, outras jovens, o plano de gestão tem de ser feito com autonomia, cada uma tem que resolver como vai administrar seus recursos, quais as fontes que deve procurar, qual o perfil de cursos”, afirma.

O Conselho Universitário da UFABC aprovou uma "moção de repúdio" ao programa. “O projeto resultaria na fragilização dos mecanismos de governança e financiamento existentes, que são preceito constitucional e elementos basilares do que é uma universidade nos dias atuais”, disse o reitor Dácio Matheus.

As universidades enfrentam atualmente o contingenciamento de 30% de seus orçamentos e cortes expressivos em bolsas para mestrado e doutorado. Além disso, a relação das federais com Weitraub está estremecida desde que assumiu o cargo, por causa das declarações do ministro. Entre outras, já disse considerar que há “balbúrdia” nas instituições e que elas recebem dinheiro demais para fazer pouco.

topo 

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Ensino integral melhora resultados de escolas pobres**

Assim que toca o sinal, os alunos saem correndo das salas. Eles têm pressa, não para ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividades escolares. Mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarra ou treinar handebol. Ao contrário do receio inicial, em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, aumentar o tempo de aula, com implementação do período integral, fez crescer o interesse pelos estudos e elevou indicadores educacionais da unidade.

A história da Escola Estadual Professor Pedro Gomes, em Goiânia, tem semelhanças com outros colégios de regiões pobres que conseguiram bons resultados por meio do ensino integral. Isso é o que mostra o estudo Excelência com Equidade no Ensino



Médio, antecipado pelo jornal O Estado de S. Paulo. A pesquisa foi desenvolvida pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em parceria com Instituto Unibanco, Fundação Lemann e Itaú BBA.

Vários fatores interferem nos resultados de aprendizado, mas o nível socioeconômico dos alunos é considerado o de maior influência. Das 5.042 escolas do País que atendem estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo no ensino médio, apenas 100 obtiveram índices educacionais satisfatórios. Dessas, 82 são de período integral. “Esse resultado não demonstra que o ensino integral é o único caminho para uma educação de qualidade, mas mostra que praticamente só essas escolas estão conseguindo avançar. Tem sido difícil melhorar sem ser por essa modalidade”, diz Ernesto Faria, diretor do Iede.

A escola Pedro Gomes é uma das mais tradicionais da capital goiana, no maior bairro comercial da cidade, e tinha como principal problema a evasão. Muitos alunos abandonavam os estudos para trabalhar nas lojas e lanchonetes da região. “Eles não viam sentido em continuar estudando e sentiam que ajudariam mais as suas famílias se começassem a trabalhar”, conta o diretor José Joaquim Neto.

Em 2013, a escola foi uma das selecionadas pelo governo de Goiás para um projeto-piloto de tempo integral. Houve resistência ao plano que quase dobrou o tempo de aula, de 5 horas para 9h30 diárias. No primeiro ano de implementação, o colégio perdeu 60 dos 298 alunos. Aos poucos, a unidade voltou a atrair as famílias – no ano passado, a escola tinha 601 matriculados e só 0,5% de abandono.

## Carreira

Como seus primos e amigos mais velhos, Geovanni Alves, de 18 anos, queria estudar pela manhã e trabalhar à tarde. Por isso, não gostou de ter sido matriculado na escola no 1.º ano do ensino médio. “Achava que já estava na idade de ter meu dinheiro, ajudar em casa. No primeiro dia de aula, os professores me mostraram que eu podia mais, posso sonhar e ter a profissão que eu quiser se terminar os estudos”, conta o jovem, que vai prestar vestibular para Design de Interiores.

Em outro colégio com ensino em tempo integral em Goiânia, o relacionamento com uma professora-tutora e um trabalho de iniciação científica sobre doenças mentais deram a luz sobre a carreira que Jéssica Ferreira, de 19 anos, queria seguir: Psicologia. “Passei por problemas, não tinha com quem conversar em casa e a escola me ajudou. Tanto pela relação com a tutora, como por esse projeto. Quero ser a primeira da família a ir para a universidade”, diz a jovem, do 3.º ano do ensino médio da Escola Estadual Juvenal José Pedrosa, outra das 100 a atingir os resultados.

Especialistas e diretores das escolas ressaltam que não é apenas a ampliação da carga horária a responsável pela melhora nos resultados, mas o aproveitamento do tempo maior para trabalhar conteúdos de interesse do aluno e com diferentes metodologias. Nessas unidades, ele pode escolher disciplinas, recebe tutoria de um professor (com quem pode falar sobre o desempenho, problemas familiares, dificuldades de relacionamento), propõe projetos e opina sobre a escola.

O principal entrave para a expansão das escolas de tempo integral é o custo. Por isso, Faria destaca que, até o País atingir uma rede mais extensa, é possível replicar práticas no período regular. Por exemplo, o monitoramento contínuo do aprendizado. Nas escolas de Goiânia, alunos fazem provas toda segunda e os resultados são analisados pelos professores.

Outra prática é o incentivo à participação dos pais. A Juvenal Pedroso, por exemplo, tem como meta ter ao menos a presença de 60% dos responsáveis nas reuniões bimestrais. Também liga ou vai até a casa dos alunos que faltaram duas vezes na semana. “A escola e os professores podem mudar a vida desses meninos, mas, se a família participar, é muito mais fácil”, diz a diretora Divina Rocha.

topo ↕

## REUTERS BRASIL - TEMPO REAL

### Educação básica e saúde preventiva podem continuar indexadas em pacto federativo, indica Guedes

BRASÍLIA (Reuters) - O ministro da Economia, Paulo Guedes, fez forte defesa da necessidade de desvinculação e desindexação do Orçamento por meio de novo pacto federativo, mas indicou que, para além do salário mínimo, outras despesas podem continuar carimbadas, como as ligadas à educação básica e à saúde preventiva.

“Nós temos que avaliar quais dessas despesas que estão carimbadas merecem seguirem indexadas”, disse ele nesta quarta-feira ao participar de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional.

“Por exemplo, o salário mínimo o presidente já falou: ‘esse tem que seguir indexado’. Ok. De repente, educação básica. Vamos seguir com isso também. De repente, saúde preventiva, sim. Há outra? Vamos conversar a respeito”, acrescentou.

Segundo Guedes, o governo vai encaminhar sua proposta de pacto federativo na direção de ampla desvinculação, desobrigação e desindexação do Orçamento assim que o Senado aprovar a reforma da Previdência. Ele estimou que isso ocorrerá em cerca de três semanas.

A ideia é que a proposta comece a tramitar com os senadores. Para tanto, será necessário que um deles apresente a matéria, já que uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) enviada pelo Executivo necessariamente é analisada primeiro pela Câmara dos Deputados.

Guedes disse ser necessário examinar a indexação das despesas obrigatórias, que hoje “estão asfixiando a República e atrofiando a atuação parlamentar”. E avaliou que a investida vai possibilitar que a classe política reassuma o protagonismo em relação ao Orçamento público, hoje fortemente engessado.

No projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020, o governo estimou que as despesas obrigatórias responderão por 94% dos gastos totais.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Em relação à reforma tributária, Guedes destacou que a proposta do governo está praticamente pronta, apesar de “acidente de percurso” na Receita Federal em meio à recente troca de comando do órgão.

A ideia, de acordo com o ministro, é que a proposta seja trabalhada em comissão mista formada por Câmara e Senado. Ele apontou que o envio do texto do governo poderá ser feito já na semana que vem.

“Vamos muito brevemente entrar nessa comissão mista com a (reforma) tributária”, disse.

“A nossa (proposta) estava bem avançada, mas um dos pilares foi baleado. É como pneu furado, tem que encher de novo e botar outro para rodar”, afirmou ele, numa referência à implementação de um imposto sobre transações, nos moldes da extinta CPMF.

A iniciativa constituía um dos pilares do texto do Executivo e havia sido concebida para compensar a desoneração sobre a folha de pagamento das empresas. Mas acabou barrada pelo presidente Jair Bolsonaro em meio à forte resistência popular e de parlamentares ao tema.

Guedes já afirmou que o governo não irá desistir da desoneração da folha, mas ainda não apontou o que virá no lugar do imposto sobre pagamentos para bancar essa renúncia tributária.

Em sua fala inicial, o ministro também afirmou que o governo se debruça sobre uma reforma administrativa em função do aumento descontrolado de gastos relacionados ao funcionalismo.

Com reportagem adicional de Gabriel Ponte

**CORREIO POPULAR – SP - BRASIL**

**Unicamp marca assembleia histórica**

**Primeira convocação extraordinária nos 53 anos da universidade votará moção contra cortes**

O Conselho Universitário (Consu) da Unicamp, órgão máximo de deliberação da universidade, aprovou ontem a convocação da comunidade acadêmica para uma assembleia universitária extraordinária, agendada para o dia 15 de outubro, das 12h às 14h, no Ciclo Básico do campus de Campinas. O objetivo é votar uma moção e conscientizar a sociedade sobre a série de ataques sofridos pelas universidades e institutos de pesquisa, caracterizados principalmente pelos cortes de bolsas e ameaças à autonomia universitária.

É a primeira vez em 53 anos de história que a Unicamp convoca uma assembleia universitária extraordinária. A última vez que a comunidade promoveu um ato de proporção semelhante foi em 1981, para protestar contra a intervenção do governador Paulo Maluf no campus, ainda durante o regime militar. A tentativa do governo estadual de intervir na administração da universidade gerou uma onda de protestos, que culminou com um grande encontro no Ciclo Básico da universidade.

Pressionados, os interventores acabaram renunciando aos cargos.

“Dessa vez a ideia é mostrar a força e a união de toda a comunidade acadêmica em torno de uma causa comum”, disse o reitor Marcelo Knobel, antes de submeter a proposta de uma assembleia universitária extraordinária à votação dos conselheiros.

“Precisamos reunir todas as entidades representativas da universidade para nos

posicionarmos contra os ataques que estamos sofrendo e chamar a sociedade em defesa da ciência, da educação e da autonomia universitária no País”, completou.

Desde o começo do ano, as principais agências federais de fomento e apoio à pós-graduação sofreram redução drástica de recursos para bolsas e auxílios à pesquisa, essenciais para milhares de estudantes brasileiros e para a sustentabilidade do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) registrou este ano um déficit de R\$ 330 milhões; a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, de R\$ 800 milhões, e a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) está paralisada pela falta de recursos necessários para honrar compromissos assumidos.

Atualmente, CNPq e **Capes** aportam cerca de R\$ 12 milhões mensais para financiamento de bolsas a 5 mil estudantes de pós-graduação na Unicamp.

“No curto prazo, o eventual corte desses recursos trará prejuízos incalculáveis para estudantes e, no médio prazo, para o País como um todo”, pondera o reitor. “Nenhum país em crise financeira corta recursos em educação e ciência, ao contrário, são essas áreas que permitem a recuperação e o desenvolvimento econômico”.

## Grupo

De acordo com o reitor, será formado um grupo de trabalho com representantes da comunidade universitária para organizar o ato. O texto da moção a ser apresentada durante a assembleia também será elaborado a partir da colaboração dos participantes do GT. A convocação de assembleia universitária extraordinária está prevista no artigo 163 do estatuto da Unicamp.

topo ↕

## **TODO DIA - SP - TEMPO REAL**

**Pela 1ª vez em 53 anos, Unicamp chama assembleia contra cortes**

**Evento acontece no dia 15 de outubro, das 12h às 14h, no Ciclo Básico do campus de Campinas**

O Conselho Universitário da Unicamp – órgão máximo de deliberação da universidade – aprovou ontem a convocação da comunidade acadêmica para uma “assembleia universitária extraordinária” no dia 15 de outubro, das 12h às 14h, no Ciclo Básico do campus de Campinas. O objetivo, segundo divulgou ontem a Unicamp, é “votar uma moção e conscientizar a sociedade contra a série de ataques sofridos pelas universidades e institutos de pesquisa, caracterizados principalmente pelos cortes de bolsas e ameaças à autonomia universitária”.

É a primeira vez em 53 anos de história que a Unicamp convoca uma assembleia universitária extraordinária. A última vez que houve um ato dessa proporção esperada agora foi em 1981, para protestar contra a intervenção do então governador Paulo Maluf no campus, no regime militar. A tentativa do governo estadual de intervir na universidade gerou uma onda de protestos que culminou com um grande encontro no Ciclo Básico. Pressionados, os interventores acabaram renunciando aos cargos.

“Dessa vez a ideia é mostrar a força e a união de toda a comunidade acadêmica em torno de uma causa comum”, disse o reitor Marcelo Knobel, antes de submeter a proposta de assembleia extraordinária à votação dos conselheiros.

“Precisamos reunir todas as entidades representativas da universidade para nos posicionarmos contra os ataques que estamos sofrendo e chamar a sociedade em defesa da ciência, da educação e da autonomia universitária no país”, completou.

Desde o primeiro semestre, as principais agências federais de fomento e apoio à pós-graduação sofreram redução nos recursos ao financiamento de bolsas e demais auxílios à pesquisa. Atualmente, CNPq e **Capes** aportam cerca de R\$ 12 milhões mensais em bolsas a 5 mil alunos de pós-graduação na Unicamp.

Para João Raimundo Mendonça de Souza, o Kiko, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, o ato será um marco no atual contexto político. “Além de evidenciar nosso espírito de luta, a assembleia estará revestida de um forte simbolismo, no sentido de reafirmar uma pauta comum em defesa da universidade e contra os cortes”, afirmou.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### **Maioria das universidades federais rejeita Future-se, do MEC**

### **Levantamento foi feito pelo Estado em consultas às 63 instituições; principal temor é possível perda da autonomia acadêmica e financeira, uma vez que os contratos de trabalho ou para pesquisas seriam fechados por meio de OSs**

SÃO PAULO - A maioria das universidades federais já decidiu não aderir ao Future-se ou manifestou críticas ao programa do Ministério da Educação (MEC), lançado em julho. E, até agora, nenhuma instituição declarou publicamente que pretende participar do projeto que prevê gestão por meio de organizações sociais (OSs) no ensino superior público.

O levantamento foi feito pelo Estado em consultas às 63 universidades. Entre as que já decidiram em seus conselhos internos pela não adesão estão as maiores e mais tradicionais federais, como a de São Paulo (Unifesp), do Rio de Janeiro (UFRJ), de Minas Gerais (UFMG) e de Brasília (UnB).

Reitores já dão como certo que o programa não será implementado na forma como foi apresentado. No mês passado, em entrevista ao Estado, o ministro Abraham Weintraub chamou os dirigentes que criticavam o Future-se de “pessoal militante politicamente” ligado ao “PSTU, PSOL, PT”. Para ele, o programa, que tem adesão voluntária, contaria com um quarto das federais.

A maior crítica das instituições é uma possível perda da autonomia acadêmica e financeira porque os contratos de trabalho ou para pesquisas seriam fechados por meio de OSs. “Não sabemos quais serão os objetivos das organizações sociais, os projetos podem passar a estar subjugados ao que dá lucro. Que mercado vai querer financiar doenças negligenciadas, por exemplo?, questiona a reitora da Unifesp, Soraya Smaili.

Segundo ela, a Unifesp não é contrária a diferentes formas de captação de recursos, desde que “garantido o recurso público para o funcionamento das instituições”. O documento aprovado pelo Conselho Universitário da instituição, que abriga a Escola Paulista de Medicina, uma das mais conceituadas do País, diz que o Future-se “possui diversas fragilidades e riscos” e por isso é “inaceitável”.

Desde o lançamento do programa, procuradores das universidades federais têm analisado as propostas do MEC e chegaram à conclusão de que elas não têm sustentação jurídica. Um dos questionamentos é com relação à venda de bens públicos pelas organizações de direito privado. Segundo o documento divulgado pela Federal do ABC (UFABC), o Future-se "prevê a alteração de 17 leis" e não deixa claro como isso será feito.

A ideia central do Future-se é a captação de recursos próprios pelas instituições e a gestão por meio de OSs. Também incentiva naming rights (usar o nome de empresas/patrocinadores) e busca de dinheiro pela Lei Rouanet, algo que muitas federais já fazem. Outro ponto que os reitores consideram que não está claro é a criação de um fundo para financiar pesquisas e inovação. Há questionamentos sobre a legalidade jurídica e viabilidade fiscal. O programa prevê também indicadores de metas e governança.

Nesta semana, Weintraub declarou ainda ao Estado que as instituições que aderirem ao Future-se teriam de contratar professores por regime de CLT (carteira assinada) e não mais por concurso público. Para boa parte dos reitores, a informação se tornou mais uma razão para não participarem do programa.

“O nosso trabalho é o oposto, é buscar a dedicação exclusiva do professor para garantir que ele dê aulas e faça pesquisa”, diz a reitora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Valeria Correa. A Ufal é uma das que ainda não divulgou um documento final sobre o assunto elaborado pelo Conselho Universitário, mas tem criticado o programa.

Outro caso é da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cujo reitor, Luís Eduardo Bovolato, já declarou publicamente que o projeto é "vago" e que aderir ao Future-se seria um "mergulho no escuro". A instituição deve decidir, contudo, se irá rejeitar ou aderir ao programa apenas em outubro.

34 universidades federais rejeitaram o Future-se

O Brasil tem 63 universidades federais. O levantamento do Estado mostra que 54% (34) rejeitam o projeto de alguma forma. São 27 que já decidiram em seus Conselhos Universitários por não aderir à proposta e outras sete que ainda vão concluir um documento, mas criticam o Future-se. Outras 27 comunicaram que ainda não tomaram uma decisão ou que não pretendem se manifestar até que haja um projeto de lei. Duas não responderam aos questionamentos da reportagem e também não publicaram qualquer posicionamento a respeito do programa.

O MEC pretende finalizar no mês que vem o projeto de lei para mandar ao Congresso. O programa passou por consulta pública, finalizada no mês passado.

Questionado pelo Estado sobre as instituições que já teriam aderido ao programa, o secretário da educação superior do MEC, Arnaldo Lima, disse que essa informação era confidencial. Depois, afirmou que “formalmente não há quem aderiu ou não ao Future-se, (porque) o projeto precisa primeiro ser aprovado pelo Congresso Nacional”. Segundo ele, “17 universidades estão contribuindo ativamente para o aperfeiçoamento do programa”.

Na semana passada, os reitores estiveram em Brasília para discutir o programa no

Senado. Eles tiveram a garantia de Lima de que o projeto iria considerar as críticas e seria apresentado aos reitores antes de ser enviado ao Congresso. No entanto, foram surpreendidos com a entrevista de Weintraub ao Estado em que falava sobre a contratação de professores por CLT. A primeira minuta foi feita sem qualquer participação das universidades, o que também não agradou aos reitores e ainda deixou dúvidas sobre vários pontos propostos.

O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Vicente Oppermann, instituição que também rejeitou o Future-se, diz que o MEC não pode apresentar um planejamento estratégico único para instituições de perfis tão diferentes. “Há universidades com 100 anos, outras jovens, o plano de gestão tem de ser feito com autonomia, cada uma tem que resolver como vai administrar seus recursos, quais as fontes que deve procurar, qual o perfil de cursos”, afirma.

O Conselho Universitário da UFABC aprovou uma "moção de repúdio" ao programa. “O projeto resultaria na fragilização dos mecanismos de governança e financiamento existentes, que são preceito constitucional e elementos basilares do que é uma universidade nos dias atuais”, disse o reitor Dácio Matheus.

As universidades enfrentam atualmente o contingenciamento de 30% de seus orçamentos e cortes expressivos em bolsas para mestrado e doutorado. Além disso, a relação das federais com Weintraub está estremeçada desde que assumiu o cargo, por causa das declarações do ministro. Entre outras, já disse considerar que há “balbúrdia” nas instituições e que elas recebem dinheiro demais para fazer pouco.

topo ↕

## **AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

### **Sem citá-lo, Weintraub se refere a empresa criada por Haddad como modelo Ministro menciona estatal de hospitais como referência para plano de universidades; iniciativas têm pontos distintos**

Crítico contumaz das gestões do PT, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem citado como modelo de gestão uma empresa pública idealizada por um dos principais adversários do seu governo: Fernando Haddad.

O petista comandou o MEC de 2005 a 2012 e disputou o segundo turno da eleição de 2018 com o presidente Jair Bolsonaro.

O objeto dos elogios de Weintraub é a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), que administra hospitais universitários. Ela foi criada em 2011 após aprovação pelo Congresso de um projeto de lei elaborado pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

A exposição de motivos que acompanha o projeto é assinada por Haddad e pela então ministra do Planejamento Miriam Belchior.

No texto, os dois afirmam que o objetivo da proposta é regularizar a situação de funcionários dos hospitais universitários contratados por meio de fundações de apoio. Para isso, os profissionais passariam a ser contratados pela CLT, por meio de concurso público.

A proposta foi aprovada em novembro de 2011.

Oito anos depois, Weintraub tem citado a empresa em diversas ocasiões como um exemplo de gestão.

“Ebserh é um caso de sucesso no setor público, defende ministro”, diz título de matéria do portal do MEC sobre encontro dele com a cúpula da empresa.

Matéria no site do MEC com título "Ebserh é caso de sucesso no setor público", defende ministro

Matéria no portal do MEC - Reprodução

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo publicada na segunda-feira (23), Weintraub afirmou que o Future-se segue o modelo da Ebserh. “As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.”

A lei da Ebserh de fato prevê a contratação de profissionais via CLT, mas determina que ela deve ser feita via concurso público.

Outra diferença entre a empresa e o Future-se é em relação ao atendimento ao público. O plano da gestão Bolsonaro quer mudar a lei para permitir que os hospitais vinculados à empresa possam atender clientes de planos de saúde.

Mesmo sem citar Haddad, Weintraub, em outra entrevista, citou a resistência que a Ebserh enfrentou no início.

“A Ebserh está debaixo do MEC e a gente está simplesmente modernizando, ampliando e fortalecendo, no aspecto da gestão, o modelo da Ebserh, que funcionou, que é um sucesso”, afirmou ao UOL. “No começo, teve críticas retumbantes. ‘Ah, mas vão privatizar os hospitais universitários, vai ser o capitalista malvadão, vai faltar remédio nos hospitais universitários’. Hoje é o oposto.”

De fato, quando o projeto da Ebserh foi anunciado, sofreu diversas críticas de sindicatos da área da saúde, que viram na iniciativa uma privatização do serviço.

Em 2011, Haddad teve que ir à Câmara para se explicar. Usou uma palavra cara a Weintraub —gestão— ao falar que considerava necessário tanto aumentar as verbas para os hospitais como aprimorar o uso dos recursos.

“Sempre há espaço para melhorar a gestão e o financiamento. Até as empresas mais eficientes sempre podem melhorar”, afirmou.

Para a professora da UFRJ Lígia Bahia, da área de saúde coletiva, a Ebserh foi uma boa solução quando foi criada, por facilitar a contratação de pessoal, já que havia uma carência grande de funcionários, e por envolver um aporte de recursos federais. “Hoje, como não tem mais dinheiro nenhum, não faz diferença aderir ou não”.

topo ↕

**AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**Em 70% das cidades brasileiras, escolha de diretores escolares da rede pública é por indicação, diz IBGE**



## **Segundo especialista, prática abre espaço para o clientelismo, não garante respaldo da comunidade escolar nem a qualificação técnica do gestor**

RIO — Em mais de dois terços (69,5%) das cidades brasileiras, isto é, em 3.869 delas, a escolha dos diretores escolares da rede municipal se dá somente por indicação. Os dados são da pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, divulgada nesta quarta-feira. Quatro anos antes, esse percentual era ainda maior: 74,4%.

Apesar de não haver uma regra geral que determine como essa seleção deve ser feita, a prática é a menos recomendada por especialistas. De acordo com o documento do IBGE, a livre indicação dos diretores escolares pelos poderes públicos locais abre espaço para o clientelismo, além de não garantir o respaldo da comunidade escolar, nem a qualificação técnica dos diretores.

Por esses motivos, o atual Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC) recomenda que a União priorize o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regule essa escolha e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e das diretoras critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.

No ano passado, o IBGE mapeou que a indicação de diretores era mais frequente entre os municípios menos populosos. Onde o Conselho Municipal de Educação era mais ativo — com 12 ou mais reuniões por ano — foi encontrada uma menor incidência de uso da indicação dos diretores, se comparada àqueles onde o conselho não se reuniu.

Um outro estudo sobre o tema, realizado pela Fundação Itaú Social, em 2015, concluiu que "processos seletivos mais transparentes (vinculados a exame de seleção e/ou eleição) (...) em geral escolhem diretores que permanecem muito mais tempo nas escolas e que apresentam características de liderança positivas", o que não se verifica no caso dos diretores indicados.

De acordo com o documento da fundação, a condução ao cargo neste formato, sem a explicitação de critérios técnicos que tenham fundamentado a decisão, pode dificultar a aceitação do gestor pela equipe e pela comunidade, comprometendo sua capacidade de liderança e mobilização.

A gerente da pesquisa feita pelo IBGE, Vania Maria Pacheco, faz uma ponderação:

— Apesar de ser a forma menos recomendada por especialistas, a indicação, se feita com base em critérios técnicos, pode ser positiva. Nem toda a indicação é política.

O módulo estadual da pesquisa feita pelo IBGE encontrou um cenário mais positivo entre as 27 unidades da federação. Somente dois estados, Roraima e Maranhão, usam exclusivamente a indicação para nomear diretores de suas escolas estaduais. Outros nove estados também adotam esse critério, mas ele não é a única forma de escolha, que também ocorre via eleição ou processo seletivo. São Paulo é o único estado onde a nomeação de diretores dos colégios estaduais ocorre por meio de concurso público.

Para o educador e coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel

Cara, o ideal é que a escolha de diretor atenda a um processo democrático dentro das próprias instituições. Ele pondera que considerar estritamente aspectos técnicos também pode acabar prejudicando a gestão das escolas.

— É importante ressaltar que diretor de escola tem que ser função e não cargo. No sistema paulista acaba que o diretor é escolhido por critérios meritocráticos, mas não tem nenhum vínculo com aquela comunidade. Muitas entidades têm dito que a garantia de boa gestão passa pelo diretor de escola, mas é um pensamento gerencialista. Trabalhei em muitos lugares que tinha ótimos diretores, mas o processo de gestão era péssimo, porque tem que ter engajamento de toda comunidade escolar — opina. — O melhor caminho, considerando que diretor de escola tem que ser função e não cargo, é a eleição. A escolha deve ser feita por eleição e os critérios eleitorais têm que ser estabelecidos pelos sistemas de ensino.

Obrigado por apoiar o jornalismo profissional

topo ↕

## **CARTA CAPITAL - SP - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

### **Quais são as caras da resistência no Brasil de Jair Bolsonaro?**

#### **Juventude se alimenta do pessimismo e organiza a resistência contra os ataques do governo**

Para um número de pessoas cada vez maior, tem se tornado angustiante navegar pelas redes sociais, abrir os jornais e ligar a televisão. As notícias sobre quem conduz e como fazem a gestão do país revelam um cenário de distopia – expressão cujo uso até virou moda. São tempos difíceis para a lucidez. Porém, no Brasil de Bolsonaro, o pessimismo pode se transformar em estímulo para a organização de uma potente e articulada rede de resistências.

Poucos dias após o resultado das eleições de 2018, a filósofa Marilena Chauí declarou que estaríamos vivendo em “um mundo que havia acabado” e prenunciou um período de lenta organização institucional da resistência. Para essa tarefa, convocou centros estudantis, associações docentes, sindicatos, movimentos sociais, meios de comunicação independentes e organizações da sociedade civil. A fala de Chauí demanda o agrupamento das estruturas existentes de modo que operem como redes institucionalizadas e cujo processo, embora demorado e gradual, responda de maneira efetiva e duradoura. Para a filósofa, só há uma forma de combater a onda fascista, cujo método se assemelha ao trabalho de uma toupeira, “que cava silenciosamente por baixo da terra”.

A conjuntura exige uma organização que some outros contornos e a formação de redes multidisciplinares insurge nesse cenário. É preciso se reinventar e somente se poderá superar uma crise que acumula novos matizes se a juventude for considerada chave dessa reestruturação. Sua energia é o combustível para enfrentar o desânimo que incide sobre a sociedade. Transfeminista do Levante da Juventude, Maria Medeiros tem 24 anos e acredita que a criatividade, a liberdade e a esperança dos jovens são os ingredientes fundamentais para a receita da organização popular.

A “tsunami da educação”, onda de manifestações em defesa da universidade pública e contra os contingenciamentos de verbas, tem sido liderada, principalmente, pelos movimentos jovens e estudantis. Estudante de pós-graduação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Beatriz Brito é uma das mais de 5.600 pessoas que serão prejudicadas com o corte das bolsas anunciado no último dia 02 de setembro

pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Com 27 anos, a jovem pesquisadora reconhece que somente haverá subordinação aos atos do Governo Federal se não houver organização, mobilização e conhecimento sobre a realidade.

Dias atrás, estudantes universitários de Fortaleza bloquearam o acesso ao prédio da reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC) evitando que Cândido Albuquerque, indicado pelo Governo Federal, tomasse posse como Reitor. Na Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), o bolsonarista Marcelo Recktenvald, nem mesmo eleito para o segundo turno, compôs a lista tríplice que o possibilitou ser indicado para assumir o cargo. Em oposição ao ato, estudantes da UFFS ocuparam o prédio da reitoria, no último dia 31 de agosto. Em nota pública de 03 de setembro, os ocupantes manifestaram que, somente liberariam o edifício caso suas reivindicações fossem contempladas:

“Somente desocuparemos o edifício quando nossas pautas forem atendidas. Lutaremos sempre, não apenas pela nossa, mas também por todas as Universidades federais brasileiras, para todos os jovens possam ter um ensino superior gratuito e de qualidade.”

Não é só na educação que a juventude faz a resistência no Brasil bolsonarista. Na Paraíba, a experiência da luta por moradia e em defesa da comunidade tradicional ribeirinha do Porto do Capim é um exemplo de que a mobilização também se organiza em outras frentes. Em junho, em nome do controverso projeto “Parque Ecológico Sanhauá”, a Prefeitura Municipal de João Pessoa notificou mais de 170 famílias e demoliu um conjunto de casas “irregulares”. No entanto, a ação não impediu que a comunidade se organizasse e devolvesse vida ao local, com um novo espaço público, hoje, chamado de “Praça da Resistência”.

Liderada pelas gêmeas Rayssa e Rossana Holanda, com 27 anos de idade, a comunidade do Porto do Capim chamou a atenção do Congresso Nacional. Recentemente, a Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (CDHM) organizou uma expedição para conhecer de perto a situação dos conflitos. Durante a visita, a CDHM realizou audiência pública no local com a participação do Ministério Público Federal, das Defensorias Públicas do Estado e da União e da Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo Rossana, para atingir o objetivo da organização, mais do que união, é necessário garantir a unidade das forças de resistência.

O exemplo de articulação da juventude é um respiro em meio ao turbulento período que atravessa o país. Sobretudo, não há como negar o protagonismo das mulheres na disputa. São as muitas Marias, Beatrizas, Rayssas e Rossanas que se alimentam do pessimismo e organizam em suas cidades a resistência contra os ataques do governo. Essa mobilização afasta qualquer projeção de derrota, recusando os poderes hegemônicos e lutando contra os privilégios, as injustiças e a opressão.

O jornalismo vigia a fronteira entre a civilização e a barbárie. Fiscaliza o poder em todas as suas dimensões. Está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade. Há 24 anos CartaCapital exercita o espírito crítico, fiel à verdade factual, atenta ao compromisso de fiscalizar o poder onde quer que ele se manifeste.

Nunca antes o jornalismo se fez tão necessário e nunca dependeu tanto da contribuição de cada um dos leitores. Seja Sócio CartaCapital, assine, contribua com um veículo dedicado a produzir diariamente uma informação de qualidade, profunda e analítica. A democracia agradece.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **MPF investiga uso de recursos do Fundeb em obras de pavimentação, na PB** **Ex-prefeito da cidade de Água Branca teria utilizado R\$ 2,1 milhões do Fundeb para pavimentar ruas da cidade, de acordo com denúncia do MPF.**

Um inquérito civil público foi instaurado pelo Ministério Público Federal (MPF), em Monteiro, para investigar a denúncia de uso indevido de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em obras de pavimentação de ruas. O caso teria acontecido na cidade de Água Branca, no Sertão do Estado, no fim de 2016. O inquérito foi publicado no Diário Oficial do MPF desta terça-feira (24).

A denúncia foi feita ao MPF pela atual gestão do município e relata que o ex-prefeito, Tarcísio Alves Firmino, teria utilizado R\$ 2,1 milhões do Fundeb para pavimentar ruas da cidade. Os serviços de pavimentação foram licitados e executados nos últimos meses do mandato do ex-prefeito no comando da prefeitura, após o resultado das eleições municipais.

O G1 não conseguiu contato com o ex-prefeito Tarcísio Alves.

Os recursos, conforme a representação, eram provenientes de um precatório judicial do orçamento do Fundeb, liberado pela 11ª Vara da Justiça Federal.

Os recursos do Fundeb têm destinação determinada. Devem ser utilizados em ações de melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica (da creche ao ensino médio) e não podem ser usados, por exemplo, para construção de casas populares, calçamento ou obras de esgotamento sanitário.

A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O Fundeb está em vigor desde 2007.

topo ↕

## NEWS CUIABÁ - TEMPO REAL

### **Os cortes em ciência e tecnologia e a fuga de cérebros**

No último ano, o governo cortou mais de 8 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de anunciar que pretende reduzir pela metade o orçamento da CAPES para o ano 2020. O cenário não é nada positivo para o desenvolvimento de pesquisa e inovação no Brasil, mas quais as consequências disso para o país nos próximos anos e décadas?

Mão de obra qualificada é um bem precioso no mundo civilizado. Diversos países como Austrália e Canadá possuem programas especiais de concessão de vistos e cidadania profissionais em algumas áreas. Os Estados Unidos, Alemanha e outros países, há décadas abrem espaço para acolher pesquisadores de diversas partes do mundo e a China vem realizando esforços para repatriar cientistas que estavam trabalhando em outras partes do mundo. Cada dia mais, a pesquisa e inovação está ligada ao

desenvolvimento dos países.

No Brasil, há anos, alguns pesquisadores têm denunciado o desmonte da ciência nacional, que vem ocorrendo de diferentes formas desde 2014, mas que se aprofundou muito no último ano. As universidades e centros de pesquisa são os locais onde ocorrem a produção da ciência nacional. A crise econômica vem tornando a situação insustentável, uma vez que os governos estão cada vez mais negligenciando a estrutura científica do país, a ponto de não se ter recursos nem mesmo para pagar a conta de luz.

Por outro lado, em muitos países a porcentagem de investimento em pesquisa e inovação vêm crescendo gradativamente. A Alemanha, por exemplo, anunciou que o país investirá, entre 2021 e 2030, 160 bilhões de euros no ensino superior e na pesquisa científica, montante superior ao previsto anteriormente.

Com esse cenário de aumento em investimento em pesquisa no mundo, em contra posto, o Brasil com cortes drásticos, acredito, que nos próximos anos seguiremos perdendo pesquisadores para centros de pesquisas e desenvolvimento de ciência em outros países. Além disso, as universidades que ainda não possuem a pós-graduação consolidada, em especial nas regiões centro-oeste, norte e nordeste, a falta de recurso levará ao fechamento de programas de mestrado e doutorado, reduzindo a capacidade de competição do país.

A fuga de cérebros é um fenômeno que já está ocorrendo há alguns anos, mas a forma como o governo vem tratando a ciência nacional, fará o país regredir ao menos uma ou duas décadas, perdendo a oportunidade de se tornar um centro de desenvolvimento de ciência, capaz de agregar valor aos nossos produtos e de desenvolver patentes e tecnologias capazes de mudar a nossa realidade social e econômica.

Caiubi Kuhn

topo 

**PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

**Weintraub diz que questões “ideológicas” estão fora do Enem**

**"A gente quer saber de conhecimento científico, técnico, de capacidade de leitura, de fazer contas, de conhecimentos objetivos", afirmou o ministro**

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano terá como foco conhecimentos objetivos. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a preocupação do Ministério da Educação (MEC) será selecionar os melhores alunos para ocupar as vagas no ensino superior.

“Não vai cair ideologia, a gente quer saber de conhecimento científico, técnico, de capacidade de leitura, de fazer contas, de conhecimentos objetivos”, afirmou o ministro que participou nesta terça-feira (24) do programa Brasil em Pauta, da TV Brasil, da EBC.

Ele acrescentou que o interesse do MEC é “simplesmente selecionar as melhores pessoas para ocupar as vagas nas faculdades. A nossa preocupação é mérito, só”.

Após polêmica envolvendo questões do Enem no ano passado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação, criou, no início deste ano, um grupo responsável por “identificar abordagens

controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais” e, com base nessa análise, recomendar que tais itens não fossem usados na montagem do Enem 2019.

O ministro ressaltou, na entrevista, que a aplicação do exame este ano está garantida. Carteira estudantil será digitalizada

Ele falou ainda sobre a digitalização do MEC, que lançou, este ano, a carteirinha de estudante digital. A ID Estudantil começará a ser emitida em dezembro.

A digitalização também chegará ao Enem, que, ano que vem, terá aplicação por computador realizada de forma piloto.

O Enem 2019 será realizado nos dias 3 e 10 de novembro, em 1.727 municípios brasileiros. Mais de 5 milhões de pessoas farão o exame em 14 mil locais de aplicação de provas.

Quem já concluiu o ensino médio ou vai concluir este ano pode usar as notas do Enem para se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. Os estudantes podem ainda concorrer a bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e podendo ser beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

topo 

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Ensino integral melhora resultados de escolas pobres**

Assim que toca o sinal, os alunos saem correndo das salas. Eles têm pressa, não para ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividades escolares. Mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarra ou treinar handebol. Ao contrário do receio inicial, em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, aumentar o tempo de aula, com implementação do período integral, fez crescer o interesse pelos estudos e elevou indicadores educacionais da unidade.

A história da Escola Estadual Professor Pedro Gomes, em Goiânia, tem semelhanças com outros colégios de regiões pobres que conseguiram bons resultados por meio do ensino integral. Isso é o que mostra o estudo Excelência com Equidade no Ensino Médio, antecipado pelo jornal O Estado de S. Paulo. A pesquisa foi desenvolvida pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em parceria com Instituto Unibanco, Fundação Lemann e Itaú BBA.

Vários fatores interferem nos resultados de aprendizado, mas o nível socioeconômico dos alunos é considerado o de maior influência. Das 5.042 escolas do País que atendem estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo no ensino médio, apenas 100 obtiveram índices educacionais satisfatórios. Dessas, 82 são de período integral. “Esse resultado não demonstra que o ensino integral é o único caminho para uma educação de qualidade, mas mostra que praticamente só essas escolas estão conseguindo avançar. Tem sido difícil melhorar sem ser por essa modalidade”, diz Ernesto Faria, diretor do Iede.

A escola Pedro Gomes é uma das mais tradicionais da capital goiana, no maior bairro comercial da cidade, e tinha como principal problema a evasão. Muitos alunos

abandonavam os estudos para trabalhar nas lojas e lanchonetes da região. “Eles não viam sentido em continuar estudando e sentiam que ajudariam mais as suas famílias se começassem a trabalhar”, conta o diretor José Joaquim Neto.

Em 2013, a escola foi uma das selecionadas pelo governo de Goiás para um projeto-piloto de tempo integral. Houve resistência ao plano que quase dobrou o tempo de aula, de 5 horas para 9h30 diárias. No primeiro ano de implementação, o colégio perdeu 60 dos 298 alunos. Aos poucos, a unidade voltou a atrair as famílias – no ano passado, a escola tinha 601 matriculados e só 0,5% de abandono.

## Carreira

Como seus primos e amigos mais velhos, Geovanni Alves, de 18 anos, queria estudar pela manhã e trabalhar à tarde. Por isso, não gostou de ter sido matriculado na escola no 1.º ano do ensino médio. “Achava que já estava na idade de ter meu dinheiro, ajudar em casa. No primeiro dia de aula, os professores me mostraram que eu podia mais, posso sonhar e ter a profissão que eu quiser se terminar os estudos”, conta o jovem, que vai prestar vestibular para Design de Interiores.

Em outro colégio com ensino em tempo integral em Goiânia, o relacionamento com uma professora-tutora e um trabalho de iniciação científica sobre doenças mentais deram a luz sobre a carreira que Jéssica Ferreira, de 19 anos, queria seguir: Psicologia. “Passei por problemas, não tinha com quem conversar em casa e a escola me ajudou. Tanto pela relação com a tutora, como por esse projeto. Quero ser a primeira da família a ir para a universidade”, diz a jovem, do 3.º ano do ensino médio da Escola Estadual Juvenal José Pedroso, outra das 100 a atingir os resultados.

Especialistas e diretores das escolas ressaltam que não é apenas a ampliação da carga horária a responsável pela melhora nos resultados, mas o aproveitamento do tempo maior para trabalhar conteúdos de interesse do aluno e com diferentes metodologias. Nessas unidades, ele pode escolher disciplinas, recebe tutoria de um professor (com quem pode falar sobre o desempenho, problemas familiares, dificuldades de relacionamento), propõe projetos e opina sobre a escola.

O principal entrave para a expansão das escolas de tempo integral é o custo. Por isso, Faria destaca que, até o País atingir uma rede mais extensa, é possível replicar práticas no período regular. Por exemplo, o monitoramento contínuo do aprendizado. Nas escolas de Goiânia, alunos fazem provas toda segunda e os resultados são analisados pelos professores.

Outra prática é o incentivo à participação dos pais. A Juvenal Pedroso, por exemplo, tem como meta ter ao menos a presença de 60% dos responsáveis nas reuniões bimestrais. Também liga ou vai até a casa dos alunos que faltaram duas vezes na semana. “A escola e os professores podem mudar a vida desses meninos, mas, se a família participar, é muito mais fácil”, diz a diretora Divina Rocha.

## Política

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê 25% das matrículas em tempo integral até 2024 – em 2018, eram apenas 10,3% no ensino médio. O Ministério da Educação (MEC) ainda não fez, neste ano, repasses para o apoio ao período integral nos ensinos fundamental e médio. O jornal mostrou em agosto que o MEC quer montar novo

programa para a modalidade, com a ampliação da jornada em faculdades particulares.

Principal política defendida pelo governo Jair Bolsonaro para a educação básica, as escolas cívico-militares (de gestão compartilhada entre civis e militares) não estão entre as 100 que alcançaram indicadores satisfatórios no estudo. Nessa seleção, apareceram três exclusivamente militares, no Maranhão.

Em nota, o MEC diz que “as escolas de tempo integral continuam a ser sua prioridade” e até o fim do ano irá repassar recursos de adiantamento previstos para 2020. O valor não está definido.

Questionado sobre o novo formato do programa de fomento às escolas de tempo integral, a pasta informou que a “política será mantida para os próximos anos com poucas alterações”.

Nordeste

O alto custo da implementação do ensino em tempo integral é apontado como o principal entrave para a expansão. Até Estados mais ricos têm dificuldade de ampliar o número de matrículas com a jornada ampliada. Em São Paulo, por exemplo, 8,6% de seus alunos de ensino médio estão matriculados no período integral, porcentual mais baixo do que a média nacional, de 10,3%.

Os Estados que mais têm avançado nesse modelo são os do Nordeste. Para essa etapa, dois deles alcançaram ainda no ano passado a meta prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024, que é ter 25% dos alunos no tempo integral. Pernambuco já alcançou 49% das matrículas e a Paraíba, 25,1%. Ceará também se destaca, com 23,4%.

Promessa de campanha do governador João Doria (PSDB), a expansão das escolas de tempo integral na rede paulista começou neste mês a dar os primeiros passos, com a publicação de uma resolução que garante essa expansão.

Segundo Caetano Siqueira, da coordenadoria pedagógica da Secretaria Estadual de Educação, a expectativa é expandir para mais cem escolas – hoje, são 417. O valor a ser investido não foi informado. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

[topo](#)

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Ensino integral melhora resultados de escolas pobres

Goiânia

Assim que toca o sinal, os alunos saem correndo das salas. Eles têm pressa, não para ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividades escolares. Mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarra ou treinar handebol. Ao contrário do receio inicial, em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, aumentar o tempo de aula, com implementação do período integral, fez crescer o interesse pelos estudos e elevou indicadores educacionais da unidade.

A história da Escola Estadual Professor Pedro Gomes, em Goiânia, tem semelhanças com outros colégios de regiões pobres que conseguiram bons resultados por meio do ensino integral. Isso é o que mostra o estudo Excelência com Equidade no Ensino Médio, antecipado pelo jornal O Estado de S. Paulo. A pesquisa foi desenvolvida pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em parceria com



Instituto Unibanco, Fundação Lemann e Itaú BBA.

Vários fatores interferem nos resultados de aprendizado, mas o nível socioeconômico dos alunos é considerado o de maior influência. Das 5.042 escolas do País que atendem estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo no ensino médio, apenas 100 obtiveram índices educacionais satisfatórios. Dessas, 82 são de período integral. "Esse resultado não demonstra que o ensino integral é o único caminho para uma educação de qualidade, mas mostra que praticamente só essas escolas estão conseguindo avançar. Tem sido difícil melhorar sem ser por essa modalidade", diz Ernesto Faria, diretor do Iede.

A escola Pedro Gomes é uma das mais tradicionais da capital goiana, no maior bairro comercial da cidade, e tinha como principal problema a evasão. Muitos alunos abandonavam os estudos para trabalhar nas lojas e lanchonetes da região. "Eles não viam sentido em continuar estudando e sentiam que ajudariam mais as suas famílias se comessem a trabalhar", conta o diretor José Joaquim Neto.

Em 2013, a escola foi uma das selecionadas pelo governo de Goiás para um projeto-piloto de tempo integral. Houve resistência ao plano que quase dobrou o tempo de aula, de 5 horas para 9h30 diárias. No primeiro ano de implementação, o colégio perdeu 60 dos 298 alunos. Aos poucos, a unidade voltou a atrair as famílias - no ano passado, a escola tinha 601 matriculados e só 0,5% de abandono.

## Carreira

Como seus primos e amigos mais velhos, Geovanni Alves, de 18 anos, queria estudar pela manhã e trabalhar à tarde. Por isso, não gostou de ter sido matriculado na escola no 1.º ano do ensino médio. "Achava que já estava na idade de ter meu dinheiro, ajudar em casa. No primeiro dia de aula, os professores me mostraram que eu podia mais, posso sonhar e ter a profissão que eu quiser se terminar os estudos", conta o jovem, que vai prestar vestibular para Design de Interiores.

Em outro colégio com ensino em tempo integral em Goiânia, o relacionamento com uma professora-tutora e um trabalho de iniciação científica sobre doenças mentais deram a luz sobre a carreira que Jéssica Ferreira, de 19 anos, queria seguir: Psicologia. "Passei por problemas, não tinha com quem conversar em casa e a escola me ajudou. Tanto pela relação com a tutora, como por esse projeto. Quero ser a primeira da família a ir para a universidade", diz a jovem, do 3.º ano do ensino médio da Escola Estadual Juvenal José Pedroso, outra das 100 a atingir os resultados.

Especialistas e diretores das escolas ressaltam que não é apenas a ampliação da carga horária a responsável pela melhora nos resultados, mas o aproveitamento do tempo maior para trabalhar conteúdos de interesse do aluno e com diferentes metodologias. Nessas unidades, ele pode escolher disciplinas, recebe tutoria de um professor (com quem pode falar sobre o desempenho, problemas familiares, dificuldades de relacionamento), propõe projetos e opina sobre a escola.

O principal entrave para a expansão das escolas de tempo integral é o custo. Por isso, Faria destaca que, até o País atingir uma rede mais extensa, é possível replicar práticas no período regular. Por exemplo, o monitoramento contínuo do aprendizado. Nas

escolas de Goiânia, alunos fazem provas toda segunda e os resultados são analisados pelos professores.

Outra prática é o incentivo à participação dos pais. A Juvenal Pedroso, por exemplo, tem como meta ter ao menos a presença de 60% dos responsáveis nas reuniões bimestrais. Também liga ou vai até a casa dos alunos que faltaram duas vezes na semana. "A escola e os professores podem mudar a vida desses meninos, mas, se a família participar, é muito mais fácil", diz a diretora Divina Rocha.

## Política

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê 25% das matrículas em tempo integral até 2024 - em 2018, eram apenas 10,3% no ensino médio. O Ministério da Educação (MEC) ainda não fez, neste ano, repasses para o apoio ao período integral nos ensinos fundamental e médio. O jornal mostrou em agosto que o MEC quer montar novo programa para a modalidade, com a ampliação da jornada em faculdades particulares.

Principal política defendida pelo governo Jair Bolsonaro para a educação básica, as escolas cívico-militares (de gestão compartilhada entre civis e militares) não estão entre as 100 que alcançaram indicadores satisfatórios no estudo. Nessa seleção, apareceram três exclusivamente militares, no Maranhão.

Em nota, o MEC diz que "as escolas de tempo integral continuam a ser sua prioridade" e até o fim do ano irá repassar recursos de adiantamento previstos para 2020. O valor não está definido.

Questionado sobre o novo formato do programa de fomento às escolas de tempo integral, a pasta informou que a "política será mantida para os próximos anos com poucas alterações".

## Nordeste

O alto custo da implementação do ensino em tempo integral é apontado como o principal entrave para a expansão. Até Estados mais ricos têm dificuldade de ampliar o número de matrículas com a jornada ampliada. Em São Paulo, por exemplo, 8,6% de seus alunos de ensino médio estão matriculados no período integral, porcentual mais baixo do que a média nacional, de 10,3%.

Os Estados que mais têm avançado nesse modelo são os do Nordeste. Para essa etapa, dois deles alcançaram ainda no ano passado a meta prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024, que é ter 25% dos alunos no tempo integral. Pernambuco já alcançou 49% das matrículas e a Paraíba, 25,1%. Ceará também se destaca, com 23,4%.

Promessa de campanha do governador João Doria (PSDB), a expansão das escolas de tempo integral na rede paulista começou neste mês a dar os primeiros passos, com a publicação de uma resolução que garante essa expansão.

Segundo Caetano Siqueira, da coordenadoria pedagógica da Secretaria Estadual de Educação, a expectativa é expandir para mais cem escolas - hoje, são 417. O valor a ser investido não foi informado. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo